



**Relatório de avaliação do Projeto Piloto
do Plano Estratégico Brasil Livre de
Peste Suína Clássica em Alagoas**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Defesa Agropecuária
Departamento de Saúde Animal

Relatório de avaliação do Projeto Piloto do Plano Estratégico Brasil Livre de Peste Suína Clássica em Alagoas

*Missão do Mapa:
Promover o desenvolvimento sustentável
das cadeias produtivas agropecuárias,
em benefício da sociedade brasileira*

Brasília
MAPA
2022

© 2022 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Todos os direitos reservados. Permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

1ª edição. Ano 2022

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretaria de Defesa Agropecuária

Departamento de Saúde Animal

Coordenação-Geral de Sanidade Animal - CGSA

Coordenação de Animais Terrestres - CAT

Divisão de Sanidade dos Suídeos - DISS

Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação Zoossanitária - CGPZ

Esplanada dos Ministérios - Bloco D - Anexo A - Sala 326

Brasília-DF CEP: 70.043 900

Tel.: +55 (61) 3218-2473/3537

e-mail: pnss@agro.gov.br <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/>

Equipe técnica

Autores: Guilherme Zaha Takeda, Ronaldo Carneiro Teixeira, Sônia Luisa Lages Fireman, Newton Nascentes Galvão.

Dados Internacionais de catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Relatório de avaliação do Projeto Piloto do Plano Estratégico
Brasil Livre de Peste Suína Clássica em Alagoas / Guilherme Zaha
Takeda, Ronaldo Carneiro Teixeira, Sônia Luisa Fireman. Secretaria
de Defesa Agropecuária. – Brasília : Mapa/AECS, 2022.

Recurso: Digital

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-85-7991-200-9

1. Peste Suína Clássica; 2. Alagoas; 3. Vacinação; I. Newton
Nascentes Galvão; II. Plano Brasil Livre de PSC; III. Título

AGRIS 4150

Kelly Lemos da Silva CRB 1 - 1880

Sumário

1. Introdução	6
2. Público-alvo	6
3. Objetivos	6
4. Avaliação da matriz lógica de planejamento	7
5. Caracterização do estado e situação da PSC de Alagoas	8
6. Descrição da operação da vacinação contra a PSC em Alagoas	10
a) Planejamento	10
b) Contratação da empresa para realização da vacinação e treinamentos dos vacinadores	11
c) Estratégia de vacinação utilizada	12
d) Recursos empregados	16
e) Comunicação com a comunidade	19
f) Auditoria do processo pela iniciativa privada	20
7. Resultados	21
a) Resultados da campanha de vacinação em Alagoas	21
b) Notificações de suspeitas de SHS em consequência da ação de vacinação	23
8. Conclusões	26
Anexos	30

1. Introdução

O Plano Estratégico Brasil Livre de Peste Suína Clássica (PEPSC), do Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS), publicado pela Portaria N° 264, de 10 de dezembro de 2019, visa promover o fortalecimento do Serviço Veterinário Oficial (SVO) e do sistema de vigilância para as doenças dos suínos, incluindo a implantação de um programa de vacinação sistemática contra a peste suína clássica (PSC) de forma regionalizada na Zona não Livre (ZnL) da doença.

Após a publicação do PEPSC, tendo em vista a necessidade de melhoria na qualidade da informação disponível, subsídio básico para o planejamento e a implantação das ações de intervenção, verificou-se a necessidade de identificar as limitações e realizar os ajustes para viabilizar a implantação da vacinação contra a PSC em parte dos estados que compõem a ZnL da doença e, desta forma, melhorar a eficiência de sua execução.

O estado de Alagoas foi selecionado para implantação de um projeto piloto (PP-AL) pelos seguintes motivos: pequeno rebanho de suínos, pequena extensão da área geográfica, recente identificação de casos de PSC (ano de 2019) e localização na divisa entre as Zonas Livre e não Livre de PSC.

O PP-AL teve por objetivo o planejamento e a execução de uma campanha de vacinação contra a PSC, composta por duas etapas, com a identificação de pontos fortes e de melhoria, buscando aprimorar o processo e adequar a metodologia para os demais esta-

dos da zona não livre (PE, PB, RN, CE, PI, MA) onde está prevista a vacinação contra a PSC. Neste processo, também foi avaliada a atuação das Equipes Gestoras Nacional (EGN) e Estadual (EGE) do Plano Estratégico, das parcerias público-privadas nas ações de vacinação e no atendimento às premissas do PEPSC.

2. Público-alvo

Este documento é destinado aos responsáveis pela gestão e monitoramento do PP-AL, às instituições que compõem as Equipes Gestoras Nacional e Estadual, ao Serviço Veterinário Oficial e atores interessados na erradicação da PSC no Brasil.

3. Objetivos

Avaliar o PP-AL e assim identificar os pontos fortes e de melhoria, buscando aprimorar o processo e adequar a metodologia para os demais estados onde está prevista a vacinação contra a PSC.

Avaliar a atuação das Equipes Gestoras Nacional (EGN) e Estadual (EGE) do Plano Estratégico, das parcerias público-privadas nas ações de vacinação e no atendimento às premissas do plano.



4. Avaliação da matriz lógica de planejamento

Como ferramenta para a gestão do PP-AL, foi desenvolvida uma matriz lógica de planejamento de projetos (Anexo 3) orientando a sua implantação, execução, monitoramento, avaliação e a tomada de decisão.

Na matriz lógica foram definidas 25 ações agrupadas em duas fases: pactuação e execução. Estas ações foram classificadas como críticas e importantes: críticas quando comprometem e inviabilizam o alcance do objetivo do PP-AL, caso não sejam executadas; e importantes quando comprometem, mas não inviabilizam o alcance do objetivo do Plano, caso não sejam executadas em sua completude.

As ações consideradas críticas foram as de número 1, 2, 4, 5, 6, 8, 12, 13, 14 e 16; e as importantes 3, 7, 9, 10, 11, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25. O nível de avanço pode ser verificado nas Figuras 1 e 2. A avaliação das 25 ações previstas para o PP-AL, necessárias para o alcance de cada objetivo, estão no Anexo 3.

Entre as atividades críticas não iniciadas estão:

Adequar a legislação estadual para a execução do plano;

Cadastrar e georreferenciar pontos e propriedades de maior risco de ocorrência da PSC para direcionamento da vigilância;

Adquirir materiais e equipamentos para a realização das atividades de vigilância e emergência sanitária em suínos conforme o Manual de procedimentos; e

Definir e cumprir metas para vigilância ativa nos componentes do sistema de produção de suínos.

Figura 2: Execução das ações críticas e importantes do plano tático-operacional.

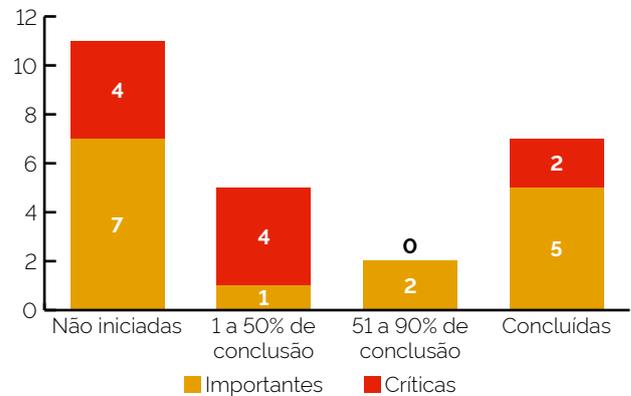
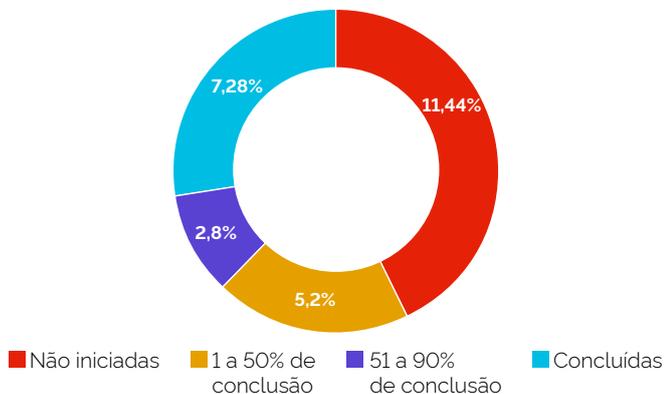


Figura 1: Execução das ações do plano tático-operacional.

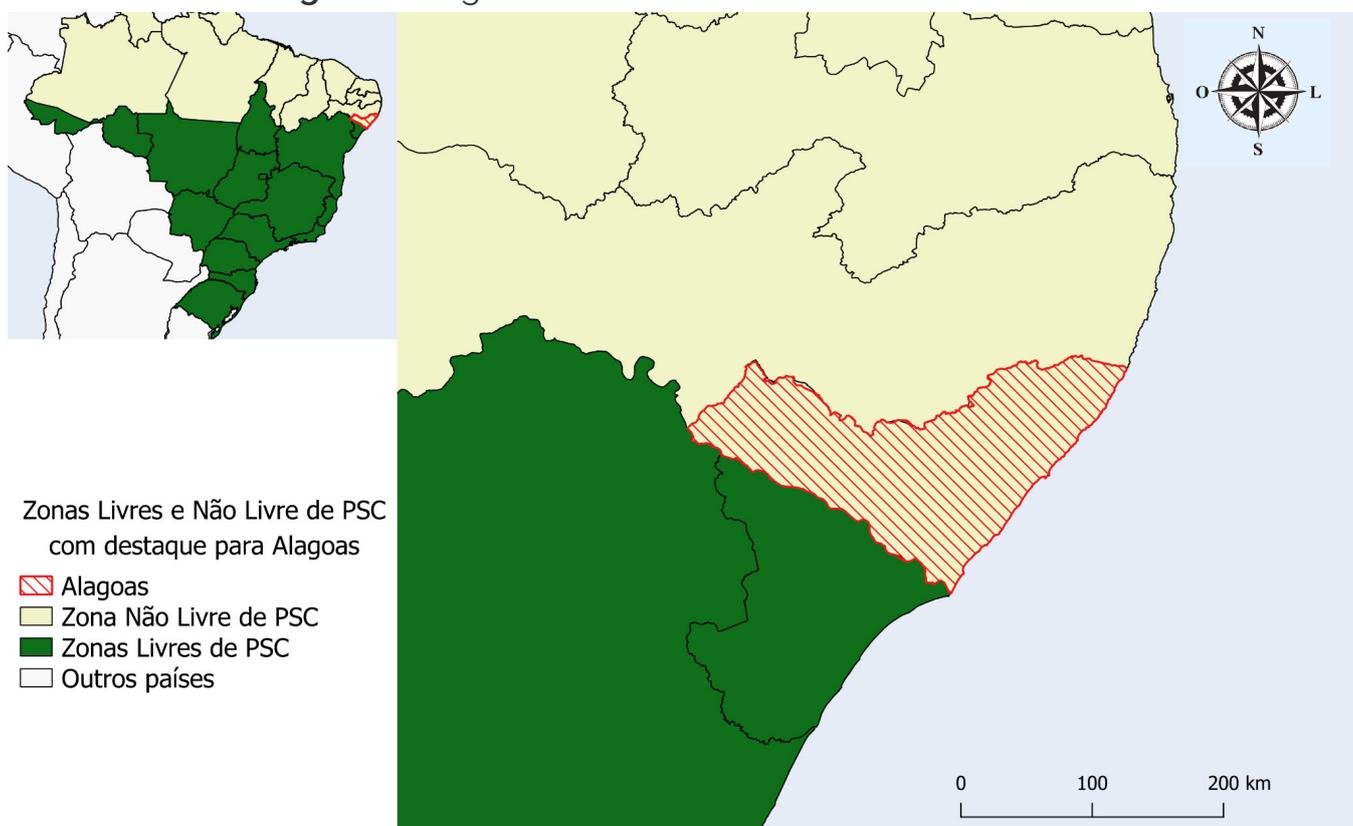


5. Caracterização do estado e situação da PSC de Alagoas

Alagoas está entre os menores estados brasileiros, com área de 27.830,661 km², sendo maior apenas que o Distrito Federal e Sergipe. O estado possui uma elevada densidade demográfica (112,33 hab./km²), com mais de 3,5 milhões de habitantes.

O estado é delimitado ao sul pela foz do rio São Francisco, na divisa com Sergipe, zona livre de PSC; ao norte pelo Planalto da Borborema, na divisa com Pernambuco, zona não livre de PSC; a oeste pelo Lago Moxotó, na divisa com a Bahia, zona livre de PSC; e a leste pelo Oceano Atlântico.

Figura 3: Alagoas e as Zonas Livres e Não Livre de PSC.



O Produto Interno Bruto (PIB) alagoano ocupa hoje a 20ª posição no ranking dos estados brasileiros e é composto por todos os setores da economia. No estado, a agropecuária participa com 12% de sua composição, com destaque para a produção de cana-de-açúcar (60%), bovinocultura (12%), mandioca (6%), laranja (5%), milho (3%), feijão (3%), e outros

(11%), demonstrando que a suinocultura possui pouca relevância na composição do PIB agropecuário do estado.

Sobre a suinocultura, os dados da segunda etapa de vacinação mostram que Alagoas possui um rebanho com aproximadamente 120 mil suínos (cerca de 0,3% do rebanho

nacional), distribuídos em quase 6 mil estabelecimentos com suínos (0,70% do número de propriedades rurais com suínos do país). A média simples de 20 suínos por propriedade rural por si só indica que a atividade tem perfil de produção não tecnificada.

Em Alagoas foram detectados dois focos de PSC em 2019 e não havia registro da doença no estado até então. Antes disso, houve uma única investigação de caso provável em 2018.

Os focos de PSC em Alagoas foram detectados no município de Traipu, a cerca de 8 km da divisa com Sergipe, um após notificação pelo proprietário de sinais de doença hemorrágica em suínos de sua propriedade e outro em ação de vigilância ativa, após a detecção

do primeiro foco. Para eliminação dos focos, foram sacrificados 36 suínos nos dois estabelecimentos rurais.

Durante o período de investigação epidemiológica, foram fiscalizadas 411 propriedades rurais com a inspeção de 600 suínos, aproximadamente. Com a intensificação das atividades de vigilância, houve mais 13 notificações de casos suspeitos de PSC em Alagoas, detectando apenas mais um foco, conforme descrito anteriormente (Figura 4).

De acordo com o levantamento de recursos utilizados em Alagoas (ADEAL e MAPA), estima-se que os custos para execução das ações para eliminação dos focos e investigação epidemiológica totalizaram cerca de R\$100.000,00.

Figura 4: Localização dos focos de PSC na Zona não Livre, 2018 a 2021.



6. Descrição da operação da vacinação contra a PSC em Alagoas

a) Planejamento

Para o planejamento do PP-AL foi criado um grupo de trabalho envolvendo o setor público e a iniciativa privada. Foram feitas reuniões semanais com o intuito de debater, acompanhar e deliberar sobre as ações a serem executadas no âmbito do PP-AL. O registro foi realizado em memórias de reunião e estão listadas em processo interno do MAPA (SEI 21000.011619/2021-52).

As reuniões semanais envolveram a ADEAL, MAPA (Superintendência Federal - SFA/AL e Departamento de Saúde Animal - DSA), Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e iniciativa privada (Associação Brasileira dos Criadores de Suínos - ABCS, Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar e Zoetis Indústria de Produtos Veterinários LTDA - Zoetis e Elianderson Miranda de Franca ME - Consultpec). Também foram realizadas reuniões com outras instituições visando facilitar a institucionalização do PEPSC.

O PP-AL contou com a participação dos setores público (MAPA e Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas - ADEAL) e privado. Após o encerramento da primeira etapa de vacinação contra a PSC em Alagoas, o Departamento de Saúde Animal (DSA) recebeu comunicado da ADEAL sobre sua

retirada do planejamento e execução da segunda etapa de vacinação.

A não participação da ADEAL na segunda etapa do PP-AL foi debatida em reunião realizada entre o MAPA e os entes da iniciativa privada, envolvidos no projeto. Foi consenso que a não participação da ADEAL no projeto não seria fator impeditivo para realização da segunda etapa de vacinação, etapa esta fundamental e que não poderia deixar de ser realizada a fim de concluir o Projeto Piloto.

Assim, o MAPA deu continuidade ao PP-AL em conjunto com a iniciativa privada, reafirmando seu compromisso de zelar pela boa governança, execução das ações e alcance dos objetivos definidos pelo Grupo de Trabalho que desenvolveu o Projeto Piloto.

Um dos produtos do grupo de trabalho foi o plano tático e operacional do PP-AL, onde estão descritas as ações a serem desenvolvidas e as responsabilidades de cada ator envolvido. O Plano tático e operacional, aprovado pela ADEAL e a EGE, foi intitulado "Plano para Erradicação da PSC em Alagoas", e comunicado ao MAPA por meio do Ofício nº 07/2021 ADEAL. O referido plano estadual também foi avaliado e aprovado pela Equipe Gestora Nacional (EGN).

Outro importante produto desenvolvido, foram os materiais de divulgação da campanha de vacinação contra a PSC em Alagoas.

O grupo de trabalho também definiu algumas responsabilidades, além das previstas no "Plano para Erradicação da PSC em Alagoas", conforme segue abaixo:

MAPA:

- Apoio na captação de recursos financeiros;
- Configuração e gestão do aplicativo *Epi-collect5*, na segunda etapa de vacinação;
- Coordenação da logística de distribuição das vacinas na segunda etapa de vacinação;
- Fiscalização das propriedades com suinocultura tecnificada e repasse de orientações acerca da vacinação dos suínos na segunda etapa de vacinação; e
- Fiscalização de revendas agropecuárias.

Iniciativa privada:

- Aquisição e logística de envio de insumos para a vacinação;
- Captação de recursos financeiros;
- Contratação da empresa responsável pela vacinação;
- Envio da vacina para as revendas estratégicas em Alagoas; e
- Organização de locais para treinamento dos vacinadores.

ADEAL (primeira etapa de vacinação):

- Auxiliar nas dúvidas das equipes de vacinação e dos produtores;
- Coordenação da logística e distribuição das vacinas;
- Elaborar rotas de vacinação; e
- Fiscalização das propriedades com suinocultura tecnificada e repasse de orientações acerca da vacinação dos suínos.

Atividades comuns a todos:

- Articulação com revendas agropecuárias e com autoridades políticas locais para apoio ao armazenamento das vacinas;
- Auditoria do processo de vacinação;
- Logística reversa: recolhimento de vacinas vencidas, frascos de vacinas utilizadas e insumos utilizados na vacinação.

b) Contratação da empresa para realização da vacinação e treinamentos dos vacinadores

Para a contratação da empresa para realização da vacinação foi publicado edital de cotação de preços pelo IICA. Como forma de possibilitar que mais empresas se apresentassem para participar do edital de cotação de preços, foram abertos editais diferentes para cada mesorregião: leste (52 municípios), sertão (26 municípios) e agreste (24 municípios).

Para a primeira etapa de vacinação, as seguintes empresas apresentaram propostas e foram indicadas com possibilidade de concorrer à cotação de preços: Cooperativa Agropecuária Regional de Palmeira dos Índios - CARPIL, CNPJ: 12.497.210/0001-16; Cooperativa Mista dos Profissionais em Educação Tecnológica de Palmeira dos Índios - Competec, CNPJ: 04.351.691/0001-29; Instituto Mediador Ambiental de Inclusão Produtiva e Sustentável - Imais, CNPJ: 23.347.178/0001-09 e Elianderson Miranda De Franca - Consultpec, CNPJ: 40.822.498/0001-92.

Houve dificuldade em identificar empresas que possuíssem toda a documentação solicitada no edital. Ao final, a única empresa



que apresentou a documentação exigida foi a Consultpec, que foi a empresa contratada. Para a segunda etapa também foi publicado edital de cotação de preços e novamente a Consultpec foi a única a apresentar documentação que atendesse ao edital.

No planejamento, a estratégia de trabalho considerou os serviços técnicos para a vacinação do rebanho suíno alagoano em 30 dias. Desta forma, estimou-se a necessidade de contratação de 105 vacinadores e 105 auxiliares para atuar nos 102 municípios alagoanos. Cada equipe seria formada por um vacinador e um auxiliar. Estimou-se também a necessidade de capacitar 20% a mais do número inicial, para viabilizar a reposição das equipes durante as etapas de vacinação.

Entretanto, o número de vacinadores contratados pela Consultpec foi aquém do planejado. Ao todo foram contratados 59 vacinadores para a primeira etapa de vacinação e 66 para a segunda, além disso não foram contratados auxiliares.

Houve impacto na agilidade da vacinação e a primeira etapa foi realizada em 60 dias. Para a segunda, os trabalhos foram realizados em 40 dias. A justificativa apresentada foi a limitação dos recursos financeiros disponíveis para contratação de vacinadores. Não havia cláusula específica no edital para contratação de um número mínimo de vacinadores.

A Consultpec fez a contratação dos vacinadores, remunerando estes trabalhadores por cabeça de suíno vacinado. Esta forma de contratação pode ter levado a vieses no processo da vacinação, seja pela procura por propriedades com grande número de suínos

ou por localidades sabidamente com grande população de suínos, em detrimento de propriedades com poucos suínos ou localidades desconhecidas.

Antes do início de cada etapa de vacinação os vacinadores receberam treinamento teórico e prático, divididos em dois módulos: virtual (treinamento teórico) com duração de quatro horas e presencial (treinamento prático) com duração de quatro horas.

O treinamento abrangeu os seguintes temas:

- conceito e importância do plano estratégico Brasil livre de PSC;
- o que é a PSC e por que ela é tão grave;
- boas práticas no manuseio e aplicação de vacina contra a PSC;
- boas práticas na aplicação de brincos de identificação em suínos;
- registro e fluxo de informações; e
- biossegurança, identificação e notificação de casos suspeitos de síndrome hemorrágica dos suínos.

Após a capacitação, os vacinadores receberam os materiais necessários para a execução dos trabalhos de campo, apostila com instruções sobre a manutenção, reconstituição, aplicação, efeitos adversos e descarte de vacinas e as aulas teóricas foram disponibilizadas por meio de aplicativos de mensagens para celular.

c) Estratégia de vacinação utilizada

O planejamento da vacinação sistemática e obrigatória contra a PSC estabeleceu como estratégia a vacinação de suínos de todas as idades e sexo, de forma semestral, em etapas com duração de pelo menos 30 (trinta) dias.

Porém, por motivos operacionais, a primeira etapa da vacinação ocorreu em um período de 60 dias, de 09/06/2021 a 09/08/2021, e a segunda de 40 dias, de 21/03/2022 a 30/04/2022.

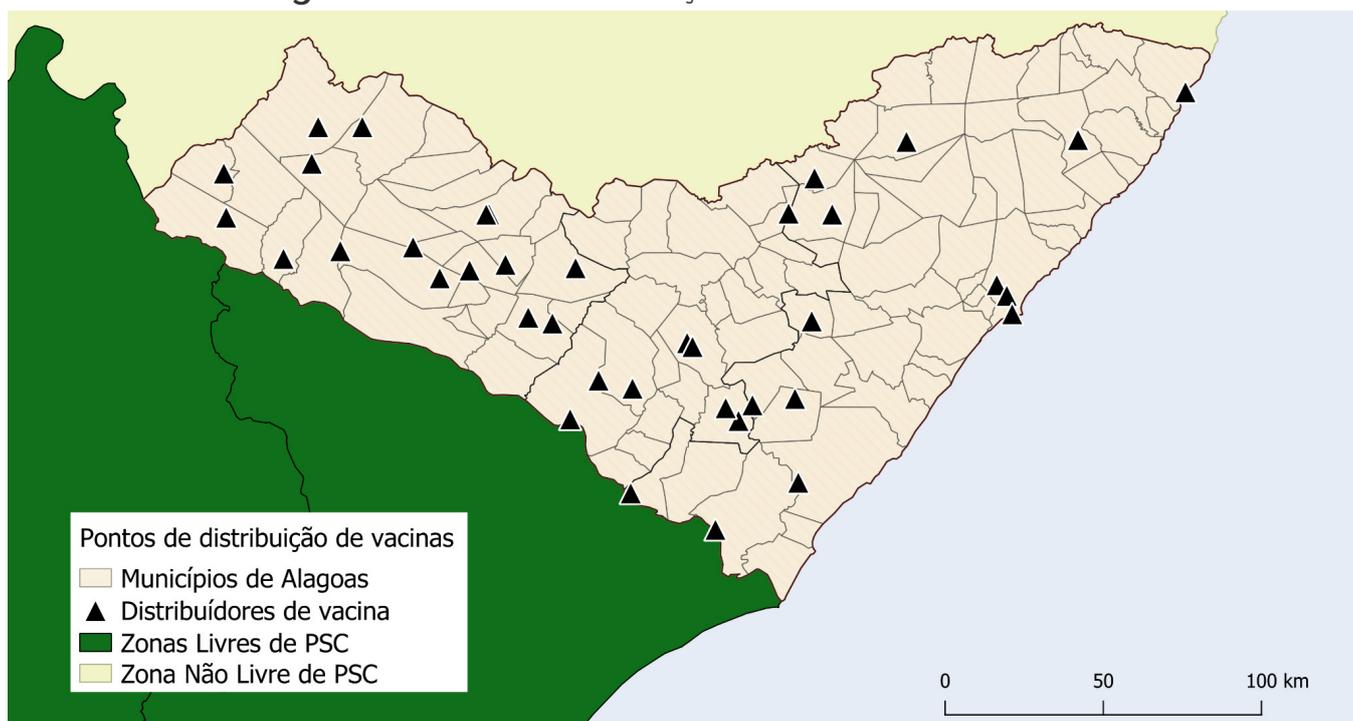
A vacina empregada foi produzida a partir da semente amostra C - Cepa China Lapinizada, apresentadas em frascos de 10 doses, a qual é constituída por uma fração sólida (liofilizado) e uma fração líquida (diluyente) separados e, após reconstituída, utilizada no tempo máximo de 2 horas; administrada por via intramuscular, na dose de 2,0 ml por suíno; transportada e armazenada sob a temperatura de 2 a 8° C.

As doses de vacinas utilizadas no PP-AL foram doadas pela empresa Zoetis Indústria de Produtos Veterinários LTDA. Assim, buscando atender às demandas de armazenamento das vacinas contra a PSC que foram doadas, foi feito o levantamento das revendas agropecuárias cadastradas em Alagoas. Constatou-se que 53% (67/126) das revendas cadastradas estavam aptas ao armazenamento das vacinas.

As revendas inicialmente selecionadas receberam convite para fazer parte do PP-AL, armazenando as doses de vacinas de forma voluntária (Figura 5). Houve concordância de 34 revendas na primeira etapa, e na segunda etapa foi adicionada mais uma revenda, totalizando 35 revendas. Buscando amenizar a falta de revendas foram feitas parcerias com seis prefeituras na segunda etapa, que disponibilizaram infraestrutura para o armazenamento de vacinas. A capacidade de armazenamento de vacinas nas revendas e prefeituras parceiras foi de 190 mil doses distribuídas em 34 municípios.

A maioria das revendas estava localizada nas mesorregiões do sertão e agreste, possibilitando maior facilidade de acesso às vacinas pelos vacinadores e consequentemente maior sucesso na vacinação. Na mesorregião leste houve pouco interesse das revendas em armazenar as vacinas e, portanto, houve dificuldades na distribuição e, consequentemente, prejuízo na execução da vacinação, principalmente naqueles municípios onde não havia revenda próxima (Figura 5).

Figura 5: Pontos de distribuição de vacinas contra a PSC.



Na primeira etapa, a ADEAL ficou como responsável por organizar a logística de distribuição das vacinas entre as revendas de Alagoas. Foram determinadas duas revendas como centrais de distribuição, com maior capacidade de armazenamento, uma localizada no município de Maceió (Terra Soluções Agrícolas) e outra em Arapiraca (Schoenherr e Cia Ltda - Rural). Na segunda etapa, o MAPA ficou com essa responsabilidade.

As revendas parceiras foram fiscalizadas previamente e durante a campanha de vacinação, conforme descrito no Manual de procedimentos para fiscalização da vacinação contra a PSC do MAPA.

Foram observadas algumas não conformidades na fiscalização prévia à vacinação, que foram regularizadas para início da vacinação: revendas sem reserva de gelo para comércio de vacinas; refrigeradores com excesso de gelo no congelador, com sujidades e com presença de água e de alimentos para consumo humano; revendas com uso incorreto do sensor do termômetro no refrigerador e revendas sem registros diários de monitoramento da temperatura. Não foram encontradas não conformidades durante a vacinação.

Foram constatadas algumas revendas com registro vencido (4) e algumas revendas sem

registro (9) no Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários - SIPEAGRO, as quais foram orientadas e notificadas a regularizarem a situação.

A vacinação foi realizada por meio de vacinadores treinados, contratados pela iniciativa privada, que tinham as seguintes atribuições:

- planejar e estabelecer rotas de vacinação, identificando o material necessário;
- registrar as ações de vacinação;
- manter o controle de temperatura da vacina;
- cumprir as metas de vacinação diárias, e
- informar quaisquer sinais de doenças hemorrágicas em suínos;

Para melhor gestão, Alagoas foi subdividido em 3 mesorregiões (Figura 6) - leste (52 municípios), agreste (24 municípios) e sertão (26 municípios). Cada mesorregião ficou sob a coordenação de um colaborador da empresa contratada para realizar a vacinação, que fazia a gestão dos vacinadores, recebia a documentação gerada, verificava a necessidade de reposição de equipamentos e insumos e divulgava as orientações. Além dos coordenadores em cada mesorregião, a iniciativa privada manteve um representante em Alagoas que fazia a articulação entre o setor privado e público.

Figura 6: Regionalização de Alagoas para melhorar a gestão da campanha de vacinação.



Os suínos vacinados contra a PSC receberam um brinco de identificação inviolável com a gravação "PSC-AL". Durante as etapas de vacinação e até 30 dias após seu término, os suínos destinados diretamente ao abate ficaram dispensados da obrigatoriedade da vacinação contra PSC.

Inicialmente, buscou-se os produtores do cadastro da ADEAL que possuíam localização definida. Como o cadastro estava defasado e muitos produtores que constavam na lista já não possuíam suínos, os vacinadores começaram buscar por localidades e propriedades conhecidas por eles. Moradores, produtores locais e os lojistas agropecuários da região também auxiliaram na localização de propriedades com suínos.

Na primeira etapa, havia sido acordado que a ADEAL faria as orientações técnicas necessárias para que os produtores que possuíam acima de 200 suínos realizassem a vacinação de seu rebanho. A estratégia era que,

após as orientações da ADEAL, o produtor retiraria a vacina e os brincos de identificação na revenda.

Caso o produtor não possuísse os equipamentos necessários, a ADEAL poderia emprestá-los. Inicialmente, a base cadastral estimava que havia 43 produtores com rebanho acima de 200 suínos, localizados em 20 diferentes municípios, que detinham o total de 26.115 cabeças, cerca de 28% do rebanho suíno alagoano. Essa estratégia visava alcançar grande número de suínos vacinados com pequeno esforço da ADEAL. Na prática, foi observado que a maioria destes produtores não possuíam suínos e uma pequena quantidade de produtores foi alcançada por esta estratégia.

Para a segunda etapa, o MAPA alterou a estratégia e orientou os produtores que possuíam acima de 400 suínos realizar a vacinação de seu rebanho. Foram atingidos por essa es-



estratégia apenas dois produtores, perfazendo um total de 9.997 cabeças.

Para a divulgação da campanha, foram produzidos vídeo, cards, cartaz, folder e jingle, informando a obrigatoriedade da vacinação contra a PSC, noções de biossegurança, orientações para o transporte de suínos, orientações para identificação e notificação de casos suspeitos de Síndrome Hemorrágica dos Suínos (SHS).

Após a vacinação, foi feita a logística reversa do material utilizado, o lixo com risco biológico e perfurocortantes, produzidos durante a vacinação foram entregues nas UVLs ou revendas para o descarte adequado do material, via contratação de empresa coletora desses resíduos. Este recolhimento foi realizado pela ADEAL, MAPA e iniciativa privada.

Na primeira etapa de vacinação, as informações sobre a vacinação foram registradas manualmente pelos vacinadores, em formulários específicos.

Durante o planejamento, ficou acordado que as declarações da vacinação seriam repassadas às UVLs semanalmente pela Consultpec, porém, isso não ocorreu e muitos dados deixaram de ser lançados no Sidagro, que é o sistema informatizado para gestão dos dados da Defesa Sanitária Agropecuária de Alagoas. Os formulários preenchidos pelos vacinadores somente foram entregues à ADEAL em março de 2022.

O Sidagro não estava preparado para o gerenciamento dos dados da campanha de vacinação contra a PSC e não permitiu, por

exemplo, o registro da informação da vacinação na guia de trânsito animal.

Os formulários físicos de vacinação foram repassados pelos vacinadores para os gestores da Consultpec, que por solicitação da ADEAL e para acompanhamento em tempo real do andamento da vacinação também registravam os dados em uma planilha compartilhada, criada pela agência. O preenchimento do formulário manual pelos vacinadores e inserção manual de dados na planilha compartilhada, levou a um grande número de erros como: dados de CPF, nomes de produtores e localização geográfica.

Para a segunda etapa de vacinação foi utilizado o aplicativo *Epicollect5*, plataforma de coleta de dados gratuita, que possibilita a construção de formulários, utilização de celular para coleta de dados e é amigável para os usuários.

Esta iniciativa melhorou a coleta dos dados a campo, permitindo um acompanhamento em tempo real dos trabalhos realizados e facilitando a auditoria dos dados.

A utilização do *Epicollect5* foi uma evolução da primeira para a segunda etapa quanto à coleta, consolidação e análise dos dados, porém, continua o desafio de agregar a aplicação de *software* livres com sistemas informatizados dos SVEs, como o Sidagro.

d) Recursos empregados

O PP-AL só foi possível por que houve grande interação entre o setor público e privado, com aportes financeiro de atores interessados na erradicação da PSC. As instituições

que participaram na organização e apoiaram o PP-AL podem ser consultadas no Anexo 2. Para a realização do PP-AL foram investidos R\$2.902.947,84 divididos entre as instituições envolvidas. O MAPA aportou R\$117.864,32 (3,7%), a ADEAL R\$249.445,59 (9%) e a iniciativa privada R\$2.535.637,93 (87%). Os principais gastos foram com: pagamento da empre-

sa para realizar a vacinação R\$1.414.229,56 (49%), vacinas da Zoetis (custo estimado, pois foram doadas) R\$540.800,00 (19%), insumos para vacinação R\$379.859,86 (13%), processo de auditoria R\$386.991,77 (13%) e taxa de administração do IICA R\$181.066,65 (6%), conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Investimentos para execução da campanha de vacinação contra a PSC do PP-AL.

Itens	Primeira etapa			Segunda etapa		Total	
	MAPA	ADEAL	iniciativa privada	MAPA	iniciativa privada	Total (R\$)	Total (%)
Pagamento da empresa Consultpec	R\$ -	R\$ -	R\$ 679.400,08	R\$ -	R\$ 734.829,48	1.414.229,56	49%
Vacina Zoetis*	R\$ -	R\$ -	R\$ 270.400,00	R\$ -	R\$ 270.400,00	540.800,00	19%
Insumos para vacinação	R\$ 1.396,99	R\$ 2.459,50	R\$ 257.999,55	R\$ -	R\$ 118.003,82	379.859,86	13%
Auditoria do processo de vacinação	R\$ 19.018,34	R\$ 246.986,09	R\$ 4.244,48	R\$ 97.448,99	R\$ 19.293,87	386.991,77	13%
Taxa de administração do IICA**	R\$ -	R\$ -	R\$ 94.128,70	R\$ -	R\$ 86.937,95	181.066,65	6%
Total (R\$)	R\$ 20.415,33	249.445,59	1.306.172,81	97.448,99	1.229.465,12	2.902.947,84	100%
Total (%)	0,70%	9%	45%	3%	42%	100,00%	

Fonte: MAPA, ADEAL, ABCS e IICA.

* Valor estimado para o custo unitário da vacina + logística (R\$1,69), totalizando 320.000 doses para PP-AL

**Taxa de administração do IICA (10% sobre o valor do ACT de contratação das equipes de vacinadores e insumos)

Para a realização da primeira etapa de vacinação a iniciativa privada já possuía R\$1,3 milhão disponível para utilização, porém, para a realização da segunda etapa foi necessária nova sensibilização das entidades parceiras, gerando insegurança quanto a possibilidade de continuidade dos trabalhos por falta de recursos financeiros. A confirmação dos recursos financeiros necessários ocorreu muito próximo da data limite para início das atividades de vacinação, prejudicando o planejamento das atividades de campo.

Sobre os recursos do MAPA, inicialmente aguardava-se a aprovação da Lei Orçamen-

tária Anual 2021 e 2022 (LOA/2021 e 2022) para, desta forma, identificar recursos para investimento e custeio por meio de convênio que seria celebrado com a ADEAL. Porém, mesmo com a aprovação da LOA/2021 e 2022, não foram identificados recursos do MAPA exclusivos para investimento e custeio no PP-AL ou PEPSC.

Para celebração do convênio entre o MAPA e ADEAL, foi proposta a construção de um plano de trabalho, sob a orientação da SFA/AL. O plano de trabalho incluiria principalmente recursos na modalidade de investimento. Porém, a ADEAL informou que não iria celebrar



convênio com o MAPA, pois buscava junto ao governo do estado a viabilização de recursos para investimentos.

Nos últimos 14 anos, de 2008 a 2022, foram celebrados três convênios entre o MAPA e ADEAL, que somados representaram o valor de R\$3.674.501,23, sendo o último em 12/2021, objetivando investimento e o custeio de atividades, no valor de R\$1.8 milhão. O recurso do convênio para investimento, que somam o valor de R\$ 1.028.226,60, possui como meta a reestruturação, implantação e manutenção de unidades de defesa agropecuária no estado de Alagoas, enquanto o custeio das atividades, que somam o valor de R\$ 424.532,40, possui como meta manter e melhorar as ações de saúde animal.

Para gestão e execução dos recursos financeiros do PP-AL proveniente da iniciativa privada, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Ao final da segunda etapa de vacinação o IICA elaborou um relatório de execução físico-financeiro.

O IICA é o organismo que apoia os esforços dos Estados membros em sua busca pelo desenvolvimento agrícola e pelo bem-estar rural. Dessa forma, com a celebração do ACT a iniciativa privada transferiu o valor de R\$2.055.986,47 para a gestão e execução pelo IICA, deste montante houve um saldo residual de R\$ 61.148,54. O IICA executou os recursos a pronto emprego e houve agilidade na aquisição de insumos necessários para a vacinação (Anexo 1 com detalhamento da compra dos insumos).

Houve dificuldade em obter alguns insumos em Alagoas, por haver rede de comércio atacadista ou varejista mais restrita. Desta forma, foi necessário adquirir os insumos em outros estados, elevando o custo com frete. A pandemia da COVID-19 também dificultou a aquisição de materiais hospitalares, como agulhas e seringas, e pela escassez destes produtos no mercado houve inflação nos preços de alguns itens.

Conforme informado, não houve custos com a aquisição de vacinas contra a PSC, pois foram doadas pela empresa Zoetis Indústria de Produtos Veterinários LTDA. As doses de vacinas Pest-Vac® foram doadas por meio de termo de *compliance* envolvendo ABPA, ABCS e a ADEAL. Foi acordada a doação de 400.000 doses para a campanha de vacinação em frascos de 10 doses.

Para viabilizar a isenção de tributos fiscais das vacinas doadas, houve isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, baseado no convênio ICMS-CONFAZ 100/1997.

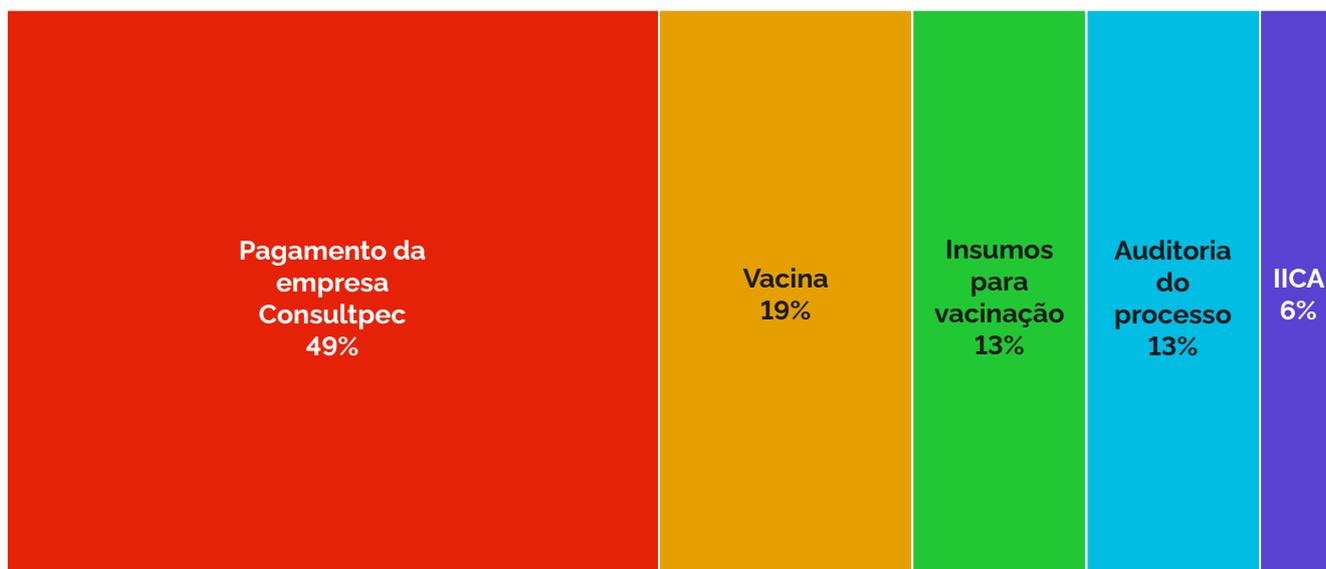
As vacinas foram enviadas para Alagoas em quatro lotes na primeira etapa, totalizando 190 mil doses e em 3 lotes na segunda etapa, totalizando também 190 mil doses. O intervalo entre o envio das vacinas da fábrica da Zoetis até a entrega nas revendas de Maceió e Arapiraca variou entre 3 e 8 dias, dependendo do modal de transporte adotado (aéreo ou rodoviário).

Ao final da campanha de vacinação, somando-se todos os valores envolvidos para a

realização do PP-AL (R\$2.902.947,84), dividindo-se pelo número de suínos vacinados

(246.730), temos um custo aproximado de R\$11,76/suíno vacinado (Figura 7).

Figura 7: Composição do custo da vacinação por suíno.



e) Comunicação com a comunidade

Os materiais de educação sanitária utilizados no PP-AL foram desenvolvidos por grupo de trabalho que envolveu a ABCS, ABPA, ADE-AL, CNA, MAPA e Senar.

Para a divulgação da campanha, foram produzidos vídeo, *cards*, cartaz, *folder* e *jingle*, informando a obrigatoriedade da vacinação contra a PSC, noções de biossegurança, orientações para o transporte de suínos, orientações para identificação e notificação de casos suspeitos de Síndrome Hemorrágica dos Suínos (SHS).

Houve impressão de folders para distribuição pelos vacinadores e cartazes para serem afixados em locais de grande movimentação. O *jingle* foi veiculado por meio da articulação dos chefes das UVLs, AFFAs, Consultpec e prefeituras municipais com as rádios locais. Os chefes de UVLs e AFFAs também realiza-

ram atividades de entrevistas em televisão, em rádios e reuniões em comunidades. Algumas prefeituras também fizeram *jingle* próprio ou promoveram entrevistas, divulgando a etapa de vacinação e informando o apoio da prefeitura na campanha de vacinação.

Adicionalmente, para esclarecer todos os atores envolvidos sobre medidas de prevenção da COVID-19, foi elaborado e distribuído folder orientativo pelo IICA.

Os materiais de divulgação ficaram prontos 15 dias antes do início da primeira etapa da vacinação contra a PSC, prejudicando a divulgação. Uma das consequências foi a resistência de alguns produtores em receber os vacinadores em suas propriedades. Para minimizar este problema foi realizada reunião junto à Associação dos Criadores de Alagoas (ACA) e Associação dos Municípios de Alagoas (AMA) para auxiliar na ampla divulgação

da campanha de vacinação contra a PSC e sensibilização dos produtores.

Na segunda etapa, o relato de resistência à vacinação foi insignificante, pois muitos produtores já conheciam o trabalho que estava sendo realizado. Aqueles poucos que foram resistentes à vacinação foram contatados por AFFAs para que aceitassem a vacinação.

A falta de um plano de comunicação oficial prejudicou a orientação das ações de comunicação ao público externo e o alinhamento da equipe interna.

f) Auditoria do processo pela iniciativa privada

Tendo em vista a finalização da segunda etapa da campanha de vacinação do Projeto Piloto de Vacinação contra a PSC no estado de Alagoas, foi designada uma equipe de representantes da ABPA, ABCS e IICA para a auditoria da empresa Consultpec sobre as informações da execução da segunda etapa da campanha de vacinação.

Foi realizada auditoria documental na sede da empresa e aplicado questionário estruturado sobre a satisfação quanto à campanha de vacinação aos vacinadores e produtores. Foram selecionados 26 produtores e 20 vacinadores, distribuídos nas três regiões (Leste, Sertão e Agreste), abrangendo 25 municípios.

Na auditoria documental, foram apresentadas as documentações referentes às listas de presença dos vacinadores e coordenadores nos treinamentos realizados nas três regiões, lista de materiais (insumos e EPIs) entregues

aos vacinadores e os relatórios das auditorias internas realizados pela própria empresa.

Como pontos fortes da campanha de vacinação os vacinadores avaliaram positivamente o treinamento recebido, a utilização do aplicativo *Epicollect5* para coleta de dados, dos insumos e equipamentos necessários para a vacinação, orientações do coordenador de área sobre a execução da vacinação e a existência de canal de comunicação com os coordenadores para esclarecimentos de dúvidas ou a resolução de problemas.

Como pontos de melhoria os vacinadores mencionaram a resistência de alguns produtores em vacinar os suínos devido à falta de divulgação e sensibilização sobre a campanha de vacinação, a percepção é de que se a divulgação da campanha tivesse ocorrido de forma mais efetiva, muitos produtores já estariam sensibilizados e não teriam receio de receber os vacinadores e de fornecer seus dados pessoais para preenchimento do comprovante de vacinação.

Outros pontos de melhorias apontados pelos vacinadores foram: utilização de brincos grandes para leitões, longa distância das casas agropecuárias credenciadas para a retirada das vacinas por alguns vacinadores, falta de fornecimento de botas ou propés e macacões/aventais descartáveis, falta de provimento de ajuda de custo para alimentação e combustível no início e decorrer da campanha.

Como pontos fortes os produtores mencionaram a confiança na imunidade conferida pela vacina, a importância das campanhas de vacinação para o controle e erradicação da PSC e a gratuidade da vacinação.

7. Resultados

a) Resultados da campanha de vacinação em Alagoas

Ao comparar as Figuras 8 e 9 é possível verificar que a criação de suínos predominante em Alagoas é do tipo não tecnicada e de pequeno porte. Verificou-se que 25% das propriedades possuíam até 3 suínos na primeira etapa e 4 suínos na segunda etapa, e que cerca de 75% das criações possuíam até 17 e 24 suínos na primeira e segunda etapa de vacinação, respectivamente.

Figura 8: Número de suínos nos estabelecimentos - Primeira etapa.

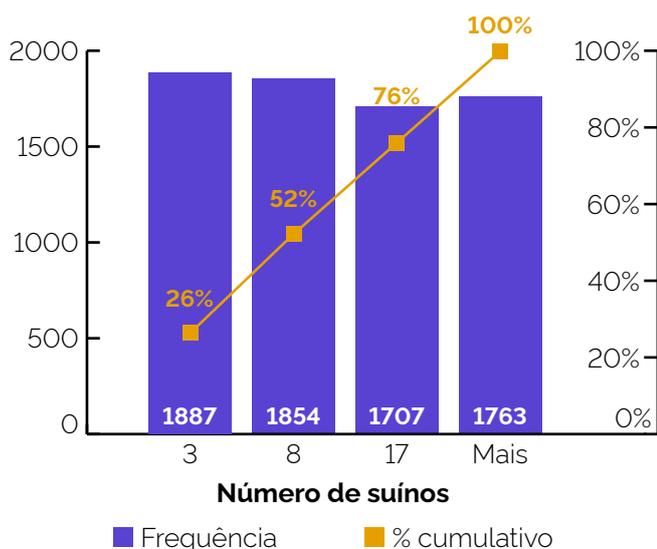
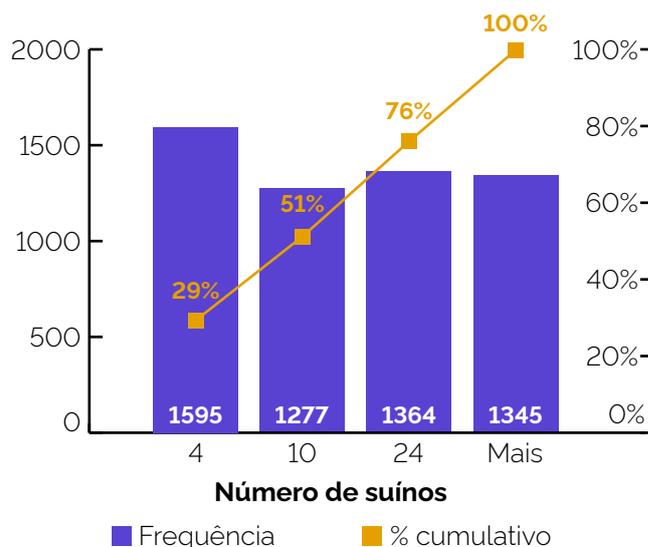


Figura 9: Número de suínos nos estabelecimentos - Segunda etapa.



Durante os trabalhos de vacinação foram feitos registros fotográficos pelos vacinadores, por meio do aplicativo *Epicollect5*, e é possível afirmar que os manejos reprodutivo, alimentar e sanitário são precários, quase inexistentes e as instalações são rústicas e improvisadas.

As questões acima podem afetar substancialmente a vacinação, pois não havendo prática de manejo que promova a saúde do rebanho, maior é o desafio sanitário nas propriedades, podendo haver falha vacinal. Além disso, com as particularidades da vacina contra a PSC utilizada, caso o produtor seja o responsável pela vacinação, este deve ter consciência mínima sobre boas práticas de vacinação.

Na primeira etapa foram vacinados suínos de 7.211 propriedades e 5.581 na segunda, havendo um decréscimo de 22% no número de propriedades vacinadas. Porém, o número de suínos vacinados manteve-se quase no



mesmo patamar, sendo 119.539 suínos vacinados na primeira etapa e 127.191 vacinados na segunda (acréscimo de 6%).

Foram recebidas 380 mil doses de vacinas contra a PSC em Alagoas e utilizadas cerca de 320 mil doses para a vacinação de 246.730 suínos, a perda de doses de vacinas foi de cerca de 16%.

Pode-se observar, nas Figuras 10 e 11, a grande flutuação do número de propriedades e de suínos cadastrados durante as etapas de vacinação, que pode ser explicada, em parte, pelas sazonalidades de demanda por suínos, como datas festivas e disponibilidade de alimento.

A situação cadastral das propriedades e suínos também é um ponto de atenção. Na primeira etapa de vacinação onde se adotou o cadastro da ADEAL como ponto de partida, 79% das propriedades e 66% dos suínos vacinados não possuíam cadastro, já na segunda etapa onde se adotou a base cadastral construída na primeira etapa, 44% das propriedades e 25% dos suínos vacinados não possuíam cadastro.

Figura 10: Estabelecimentos com suínos com e sem cadastro com vacinação durante a campanha de vacinação.

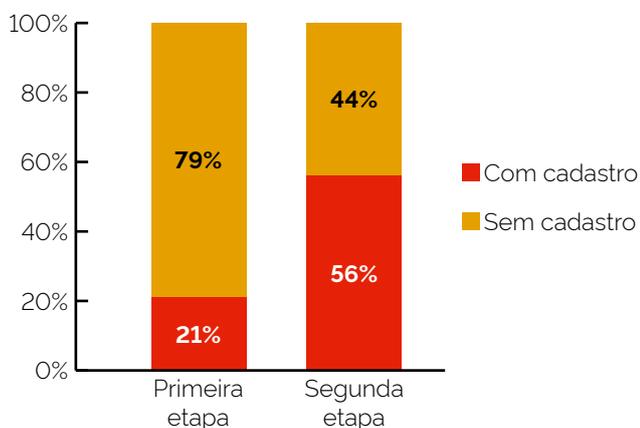
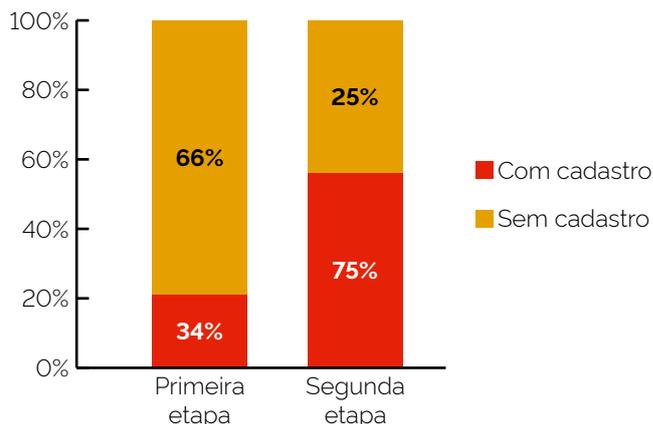
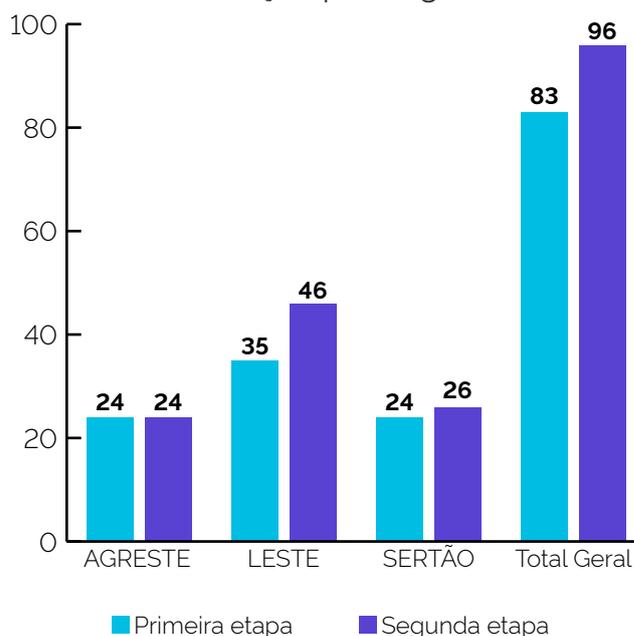


Figura 11: População de suínos com e sem cadastro vacinada durante a campanha de vacinação.



Na primeira etapa de vacinação os vacinadores alcançaram 83 (81%) dos 102 municípios de Alagoas e na segunda etapa 96 (94%) (Figura 12). Os vacinadores informaram que em alguns municípios não foram encontrados estabelecimentos com suínos. Este é um ponto de atenção, pois como não há base cadastral consolidada ou caracterização agroprodutiva de suínos, outras formas de verificação da população e estabelecimentos devem ser definidas.

Figura 12: Municípios com vacinação por Região.



Sobre as categorias de suínos vacinados não houve grande flutuação durante as etapas de vacinação. Na primeira etapa de vacinação foram vacinadas 13% (15.837) de matrizes, 3% (3.904) de reprodutores e 84% (99.798) de suínos destinados para engorda. Na segunda etapa de vacinação, foram vacinadas 13% (16.512) de matrizes, 2% (2.785) de reprodutores e 85% (107.894) de suínos destinados para engorda (Figuras 13 e 14). A relação entre as categorias estão condizentes com a realidade produtiva do estado.

Figura 13: Composição do rebanho suíno alagoano em números relativos.

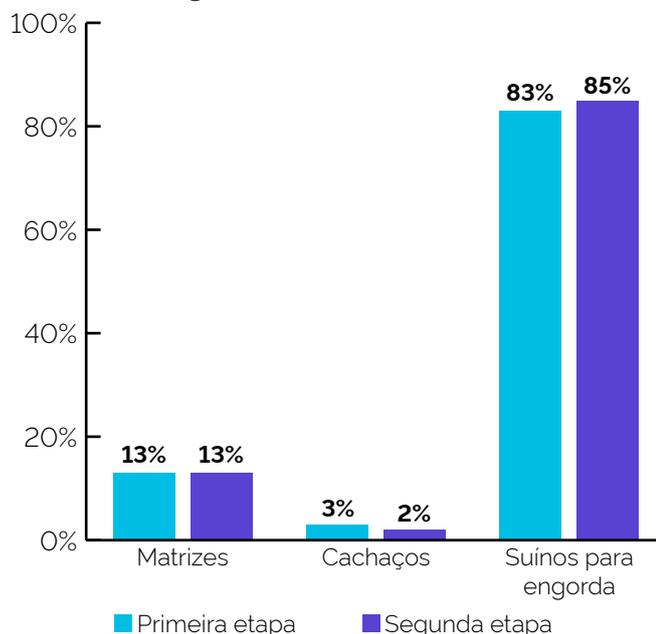
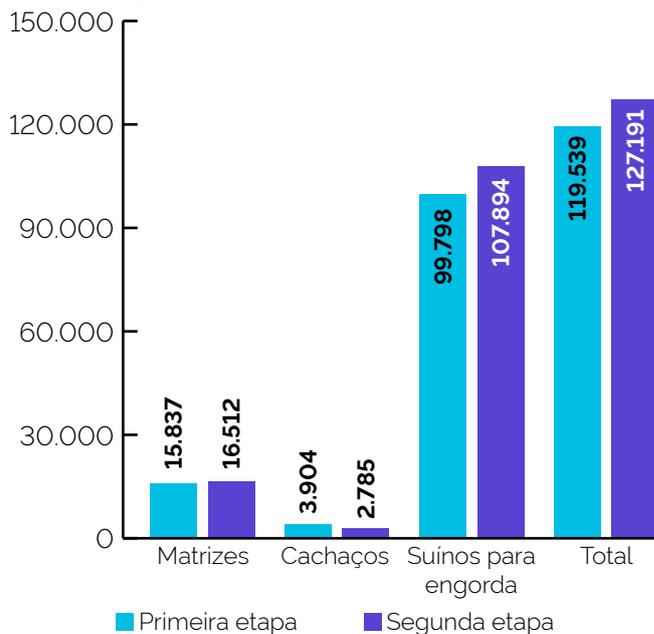


Figura 14: Composição do rebanho suíno alagoano em números absolutos.



b) Notificações de suspeitas de SHS em consequência da ação de vacinação

Durante as atividades de vacinação, foram notificados oito casos suspeitos de SHS. Os municípios com casos suspeitos foram: Carneiros, Delmiro Gouveia, Estrela de Alagoas, Ibateguara, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, São José da Tapera e São Sebastião.

Duas ocorrências foram consideradas casos prováveis de SHS, após a investigação pela ADEAL, sendo uma em Delmiro Gouveia e outra em São Sebastião. Foi realizada a coleta de material para diagnóstico laboratorial conforme a ficha técnica da PSC e as duas foram consideradas casos descartados após resultados laboratoriais negativos.

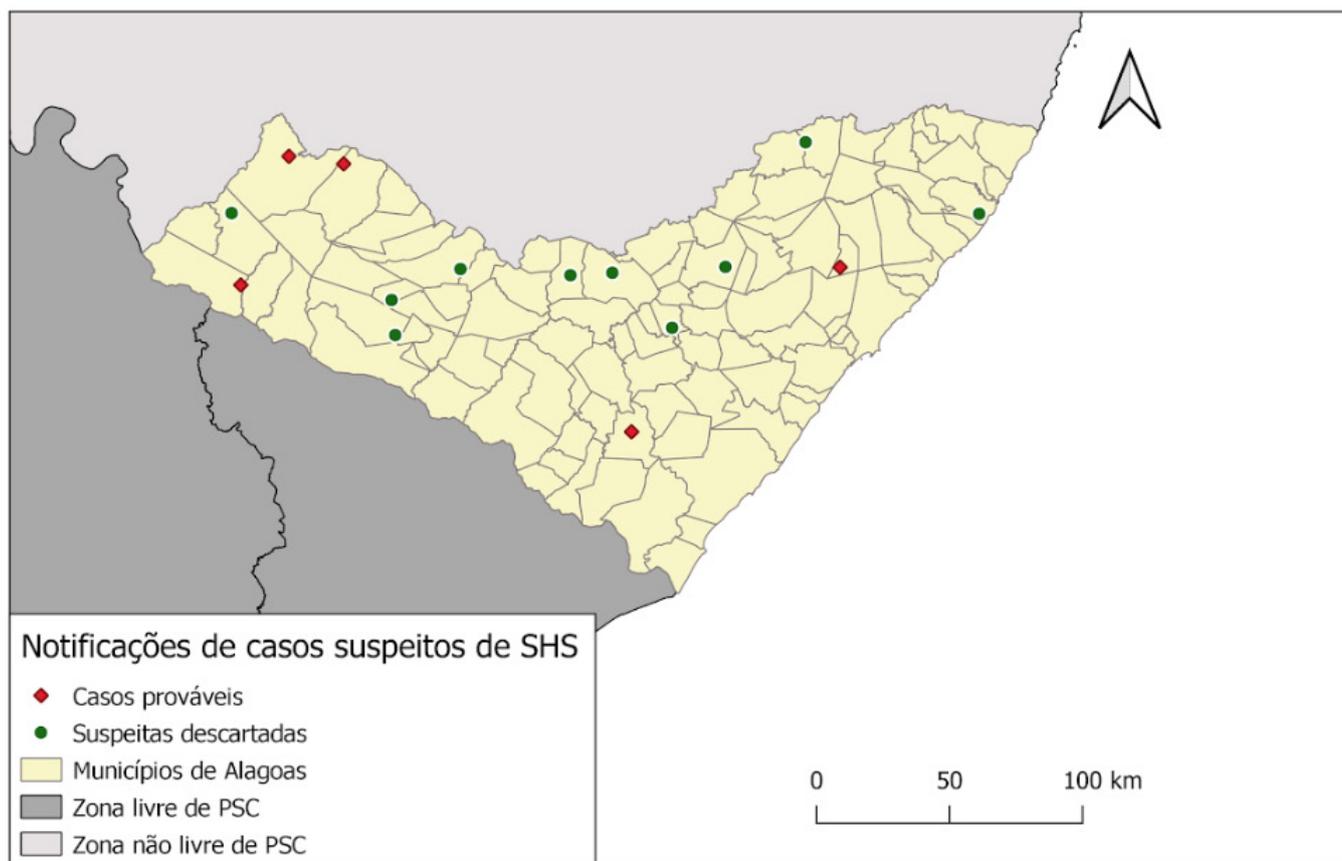
Se considerarmos os meses que antecedem e sucedem o período da campanha, foram notificados mais 4 casos suspeitos na primeira etapa - Mata Grande, Tanque D'Arca,



Canapi e Porto de Pedras, dos quais 2 foram considerados casos prováveis (Mata Grande e Canapi), porém descartados após resultados laboratoriais negativos.

Na segunda etapa, foram notificados 3 casos suspeitos de SHS no mês seguinte ao término da campanha, nos municípios de Viçosa, Messias e Água Branca, dos quais apenas 1 foi considerado caso provável (Messias), que foi descartado após resultados laboratoriais negativos.

Figura 15: Distribuição das notificações de casos suspeitos de SHS durante a campanha de vacinação.



O conhecimento da doença pelos atores envolvidos e a notificação de casos suspeitos ao SVO são fatores chaves para o diagnóstico e eliminação das fontes de infecção e o controle da doença.

Assim, a avaliação de indicadores de tempo é importante para avaliar o envolvimento, conhecimento e participação da comunidade na notificação de doenças, bem como da capacidade de atuação por parte do SVO.

Os tempos de resposta do SVO podem ser visualizados na Tabela 2.

Tabela 2: indicadores de tempos para atendimento à notificação de casos suspeitos de SHS.

Município	Tempo de Ação (Dias)	Tempo de Reação (horas)	Tempo de registro (dias)	Tempo de Diagnóstico (dias)
Primeira Etapa				
Canapi	8	13,5	1	13
Carneiros	1	19,0	3	-
Delmiro Gouveia	10	2,5	4	23
Estrela de Alagoas	4	18,5	0	-
Ibateguara	1	19,0	6	-
Mata Grande	14	3,0	2	11
Palmeira dos Índios	1	0,8	32	-
Porto de Pedras	22	20,0	11	-
Santana do Ipanema	6	0,5	12	-
São José da Tapera	30	12,0	68	-
São Sebastião	3	96,0	5	7
Tanque D'Arca	3	0,66	0	-
Segunda Etapa				
Água Branca	3	0,49	0	-
Messias	1	14,0	0	21
Viçosa	1	0,5	0	-

Fonte: e-SISBRAVET/MAPA.

O tempo de ação é o intervalo, em dias, entre a data de provável início e a notificação ao SVE. Esse indicador permite avaliar o conhecimento que a comunidade (produtores, médicos veterinários e terceiros) possui em relação às enfermidades sindrômicas e ao seu papel dentro do sistema de vigilância. Como notificantes ao SVE, o prazo ideal corresponde a 24 horas. Em dez ocorrências (66%), este tempo foi maior que o ideal, chegando a 30 dias em São José da Tapera. Isso demonstra a necessidade de melhorar a comunicação em saúde animal para a notificação de casos suspeitos de SHS.

O tempo de reação corresponde ao intervalo de tempo, em horas, entre a hora e data da

notificação da ocorrência ao SVE e o primeiro atendimento pelo SVE. Ele permite avaliar a agilidade do SVE quando da ocorrência de uma notificação, sendo que o intervalo não deve exceder 12 horas. Em 14 (93%) o tempo de reação foi razoável, ficando em menos de 24 horas, destaca-se negativamente o tempo de reação de 96 horas para atendimento à ocorrência em São Sebastião.

O tempo entre o atendimento e o registro da ocorrência no e-Sisbravet deve ser o mais breve possível, para que todas as instâncias tenham conhecimento da ocorrência e possam vir a adotar medidas gerenciais, caso seja necessário. Destaca-se negativamente o tempo de registro de 68 dias da ocorrência



em São José da Tapera e oito (50%) registros acima de um dia.

O tempo de diagnóstico corresponde ao intervalo de tempo, em dias, entre a data da colheita de material (quando houve) até a data do resultado laboratorial. Ele permite avaliar a capacidade do SVO frente a um caso provável de doença sindrômica, no que tange a colheita, o envio e o processamento da amostra, até a emissão do seu resultado.

Nas cinco ocorrências com casos prováveis, em que houve a colheita de material, o tempo de diagnóstico foi de 7 dias em São Sebastião, 21 dias em Messias, 13 dias em Canapi, 11 dias em Mata Grande e 23 dias (Delmiro Gouveia). Para a ocorrência em Delmiro Gouveia, o SVE apresentou dificuldade em remeter a amostra ao LFDA/MG por falta de caixa de transporte adequada e recursos financeiros.

8. Conclusões

Para encontrar oportunidades de melhoria e otimização do desempenho, foram reunidas as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças identificadas durante o PP-AL.

Forças:

- Os resultados do PP-AL demonstram que, com o engajamento entre os setores público e privado é possível conduzir um processo de erradicação da PSC, utilizando a vacinação como ferramenta.
- Os resultados gerados pelo processo de vacinação possibilitaram caracterizar a produção de suínos e estabelecer um pla-

nejamento mais assertivo para as etapas subsequentes.

- A vacinação aumenta a sensibilidade do sistema de vigilância para SHS, o envolvimento, conhecimento e participação da comunidade que pode ser potencializada com a utilização de vacinadores treinados.

Oportunidades:

- Com os resultados da primeira etapa de vacinação do PP-AL houve sensibilização da iniciativa privada para disponibilizar os recursos financeiros necessários para finalizar o projeto.
- A experiência do IICA em gerenciar projetos e recursos financeiros trouxe eficiência na gestão e execução financeira do PP-AL. O pagamento da empresa que realizou a vacinação foi feito após a entrega dos produtos contratados e os insumos necessários para realizar a vacinação foram adquiridos com agilidade. A prestação de contas para os financiadores do PP-AL pode ser consultada de maneira transparente.
- A incorporação de soluções tecnológicas, como o uso do aplicativo *Epicollect5*, para a gestão do processo de vacinação, trouxe benefícios como: fácil utilização, alimentação de base de dados em tempo real, possibilidade de auditoria dos dados e acompanhamento do processo pelo setor público e a iniciativa privada.

Fraquezas:

- A saída da ADEAL antes da finalização do PP-AL demonstra a falta de institucionalização do PEPSC, uma de suas premissas, ficando evidente a necessidade de articulação, em alto nível, entre o MAPA e SVE para priorização do PEPSC na zona não livre.

- As outras duas premissas que estão correlacionadas, sustentabilidade financeira e fortalecimento do SVO também devem ser observadas, observando inexistência de previsão orçamentária do MAPA e SVE para execução do PEPSC o que inviabiliza sua execução.
- A falta de um plano de comunicação que define estratégias de comunicação interna e externa do Plano Estratégico Brasil Livre de PSC trouxe dificuldades em sua execução, um exemplo foi a falta de engajamento das instituições indicadas na EGE de Alagoas .
- A falta de fundos de indenização leva ao descrédito de políticas públicas de controle e erradicação de doenças. Com a ampliação da vacinação, é esperada a identificação de focos de PSC, que, sem a garantia de indenização dos produtores afetados, é esperado que haja baixa adesão da população à política pública proposta.
- A desatualização dos sistemas informatizados do SVE para a inserção dos dados da vacinação contra a PSC e a falta de solução tecnológica que possibilite a interação com outros softwares dificultam o acompanhamento da vacinação em tempo real e a gestão das campanhas de vacinação.

Ameaças:

- Não há um programa de aporte contínuo de recursos financeiros para execução do PEPSC pela iniciativa privada, assim, há insegurança para um correto planejamento. A exemplo do que ocorreu na segunda etapa de vacinação do PP-AL, a dificuldade oportuna de recursos financeiros interfere diretamente no planejamento de ações.
- Não existem empresas no mercado especializadas em realizar a vacinação de suínos, a formação de capital humano dessas empresas pode ser demorado e pode influenciar na qualidade da vacinação do rebanho. A forma de remuneração dos vacinadores deve ser bem estudada, para que não gere distorções e traga vieses para a operação de vacinação. O conhecimento, pelo vacinador, do seu local de atuação também se mostrou importante.
- Na modalidade de vacinação com vacinas doadas, um ponto imprescindível é a cadeia de frio para armazenar as vacinas, deve-se pensar em alternativas para remuneração das revendas para guarda das vacinas. Outro gargalo é a logística de distribuição das vacinas doadas até as revendas, formas de distribuição devem ser pensadas, como embutir no preço da vacina a logística do laboratório produtor até a revenda parceira.
- Os manejos reprodutivo, alimentar e sanitário são precários, quase inexistentes e as instalações são rústicas e improvisadas. Estas questões podem afetar substancialmente a vacinação, pois não havendo prática de manejo que promovam a saúde do rebanho o desafio sanitário nas propriedades é muito grande, podendo haver falha vacinal. Além disso, com as particularidades da vacina contra a PSC utilizada, caso o produtor seja o responsável pela vacinação, este deve ter consciência mínima sobre boas práticas de vacinação.
- Possibilidade de haver grande flutuação no número de suínos e propriedades durante as etapas de vacinação, pois a produção pode estar relacionada com

sazonalidades, como datas festivas e disponibilidade de alimento.

- A utilização de brincos de identificação para os suínos vacinados mostrou-se um limitante, principalmente em reprodutores e suínos de engorda criados em baias coletivas, a colocação de brincos nestas categorias gera custo e trabalho extra, atrasando o trabalho e onerando a operação de vacinação.

A campanha de vacinação é uma ação importante para mensurar o envolvimento, conhecimento e participação da comunidade, bem como da capacidade de mobilização e convencimento por parte do SVO, além de diminuir a possibilidade de replicação e manutenção do vírus da PSC em uma região.

A vacina contra a PSC produzida a partir da cepa C – Cepa China Lapinizada, utilizada no PP-AL, é uma das melhores ferramentas para o controle e erradicação da PSC. Essa vacina tem sido considerada uma das mais eficazes em todo o mundo para o controle e erradicação da PSC. Ela é segura e eficaz contra a doença em suínos de todas as idades e pode conferir resposta imune protetora contra todos os genótipos da PSC.

Uma característica essencial das vacinas produzidas a partir da cepa C é a sua capacidade de induzir proteção após poucos dias de sua aplicação. Além disso, a imunidade conferida pelas vacinas produzidas a partir da cepa C é duradoura, persistindo por um tempo de 6 a 11 meses, ou até mesmo por toda a vida do suíno. Além do alto nível de eficácia e segurança, a produção desse tipo de vacina é tecnologicamente fácil de realizar, possui boa relação custo-benefício e não requer adjuvantes.

Porém, o processo de vacinação executado sob medidas de controle insuficientes, sem uma dose de vacina adequada ou não estabelecendo uma imunidade esterilizante em rebanhos suínos, pode levar a consequências desastrosas como o surgimento de variantes de cepas de PSC e reemergência da doença.

Assim, é importante destacar as premissas do PEPSC (Institucionalização, Sustentação e gestão financeira e Fortalecimento das capacidades dos SVE) como fundamentais para o processo de erradicação da PSC no Brasil. Essas premissas devem ser atendidas para que não ocorram interrupções no processo de erradicação da PSC.

O planejamento estratégico, fundamentado pelo conhecimento epidemiológico e por desenvolvimento científico e tecnológico, como vacinas eficientes e ferramentas de diagnóstico, deve estar relacionado com a institucionalização e envolvimento da sociedade, em particular das cadeias produtivas, permitindo que a ciência e a política caminhem juntas durante esse longo processo.

Todos esses aspectos requerem a intervenção de políticas governamentais e não governamentais para garantir o adequado financiamento, organização, gestão e execução do programa de controle e erradicação da PSC.

Durante o PP-AL, observou-se engajamento da EGN, que participou ativamente do Grupo de Trabalho que planejou e executou o Projeto Piloto. Com relação à EGE, somente algumas instituições participaram do processo. Desta forma, é importante que o SVE, ao

definir os membros da EGE, alinhar e definir o papel de cada ente da EGE, distribuindo responsabilidades e tarefas às diferentes instituições convidadas.

Conforme previsto nas estratégias do PEPSC, a meta de cobertura vacinal de rebanho e de propriedades deve ser superior a 90%, objetivo que foi alcançado, porém, foi observada grande flutuação de cadastro de estabelecimentos de criação, fato que deve ser observado nas próximas campanhas de vacinação.

O que foi observado é que a segunda etapa de vacinação ocorreu com maior fluidez que a primeira, mostrando a capacidade de resolução dos problemas encontrados e de adaptação à realidade encontrada.

Consideramos exitosos os resultados do PP-AL, porém, como projeto piloto para o PEPSC, é necessária a avaliação de um fator limitante importante, que foi o fornecimento e aplicação da vacina de forma gratuita para todos os produtores. Ao longo do tempo, esta prática pode não ser sustentável, forçando a necessidade de se pensar e testar estratégias alternativas.

As características produtivas, sociais, econômicas e ambientais presentes na ZnL de PSC aumentam o desafio para o desenvolvimento das ações necessárias ao controle e à erradicação da doença. Conhecer e analisar aspectos da suinocultura local auxilia os técnicos no entendimento dos problemas sanitários, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de estratégias específicas de enfrentamento do problema.

Por fim, o PP-AL trouxe como benefícios uma estimativa cadastral de suínos e proprieda-

des com suínos, a imunização contra a PSC do rebanho estadual, colocou em prática ações de educação sanitária sobre a doença e formas de prevenção, oportunizou conhecer melhor a caracterização agroprodutiva de suínos de Alagoas, propiciou interação com a cadeia produtiva e trouxe rico aprendizado para todos. Além disso, os resultados do PP-AL, com seus pontos fortes e pontos a melhorar, nortearão as ações nos demais estados da Região I da ZnL, buscando aprimorar o processo e adequar a metodologia onde está prevista a vacinação contra a PSC.

Anexos

Anexo 1. Despesas, realizadas com os recursos privados, referente aos custos da campanha de vacinação contra a PSC em Alagoas.

Custos - 1ª etapa da campanha de vacinação contra PSC em Alagoas

Produto	Qtde	Valor unitário	Total
Insumos para vacinação			
Brincos para suínos (Allflex)	100.000	R\$ 1,21	R\$ 121.000,00
Frete (Allflex) - 1a remessa	x	x	R\$ 2.998,97
Frete (Allflex) - 2a remessa	x	x	R\$ 2.901,46
Brincos para suínos - baby (Allflex)	30.000	R\$ 0,90	R\$ 27.000,00
Aplicadores de brincos e agulhas (Allflex)	20	R\$ 98,00	R\$ 2.810,50
Tubo extensor 75 cm (Equitec)	220	R\$ 80,22	R\$ 17.648,31
Seringa automática 2ml (Equitec)	220	R\$ 193,21	R\$ 42.506,35
Frete (Equitec)	x	x	R\$ 2.800,00
Seringas 5ml (Medical Lage)	6.200	R\$ 0,50	R\$ 3.100,00
Frete (Medical Lage)	x	x	R\$ 400,00
Sacos para lixo hospitalar - 30 L	40	R\$ 29,50	R\$ 1.180,00
Seringas 3ml (Medical Lage)	11.500	R\$ 0,47	R\$ 5.405,00
Frete (Medical Lage)	x	x	R\$ 512,85
Agulhas descartáveis 40/12 (MS Schippers)	132	R\$ 23,89	R\$ 3.153,48
Agulhas descartáveis 16/08 (MS Schippers)	62	R\$ 23,89	R\$ 1.481,18
Frete MS Schippers	x	x	R\$ 580,95
Agulhas descartáveis 16/08 (MS Schippers)	200	R\$ 23,89	R\$ 4.778,00
Frete MS Schippers	x	x	R\$ 903,03
Agulhas descartáveis 16/08 (MS Schippers)	150	R\$ 23,89	R\$ 3.583,50
Agulhas descartáveis 40/12 (MS Schippers)	160	R\$ 23,89	R\$ 3.822,40
Incineração de materiais hospitalares - Serquip	x	x	R\$ 1.703,57
Filmagem - GR Consultoria - Parcela 1/2	x	x	R\$ 3.000,00
Filmagem - GR Consultoria - Parcela 2/2	x	x	R\$ 3.000,00
Gráfica - impressão folders	10.000	R\$ 0,17	R\$ 1.730,00
Auditoria do processo de vacinação			
Auditoria	x	x	R\$ 4.244,48
Taxa de administração do IICA			
RCI IICA	x	x	R\$ 94.128,70
Pagamento da empresa Consultpec			

Produto	Qtde	Valor unitário	Total
Contrato TR 036 - Agreste - Produto 1	x	x	R\$ 82.903,92
Contrato TR 037 - Leste - Produto 1	x	x	R\$ 78.351,00
Contrato TR 038 - Sertão - Produto 1	x	x	R\$ 82.819,32
Contrato TR 036 - Agreste - Produto 2	x	x	R\$ 27.634,64
Contrato TR 037 - Leste - Produto 2	x	x	R\$ 27.606,44
Contrato TR 038 - Sertão - Produto 2	x	x	R\$ 26.117,00
Contrato TR 036 - Agreste - Produto 3	x	x	R\$ 55.269,28
Contrato TR 037 - Leste - Produto 3	x	x	R\$ 52.234,00
Contrato TR 038 - Sertão - Produto 3	x	x	R\$ 55.212,88
Contrato TR 036 - Agreste - Produto 6	x	x	R\$ 113.284,10
Contrato TR 036 - Sertão - Produto 6	x	x	R\$ 56.967,50
Contrato Carlos Henrique - P1	x	x	R\$ 7.000,00
Contrato Carlos Henrique - P2	x	x	R\$ 7.000,00
Contrato Carlos Henrique - P3	x	x	R\$ 7.000,00
TOTAL			R\$ 1.035.772,81

Custos - 2ª etapa da campanha de vacinação contra PSC em Alagoas

Produto	Qtde	Valor unitário	Total
Insumos para vacinação			
Seringas 5ml (Magazine Médica)	6.500	R\$ 0,30	R\$ 1.753,32
Agulhas descartáveis 40/12 (MS Schippers)	3.500	R\$ 0,26	R\$ 910,32
Agulhas descartáveis 16/08 (MS Schippers)	17.500	R\$ 0,26	R\$ 4.551,58
Brincos para suínos (Allflex)	100.000	R\$ 1,00	R\$ 100.000,00
Frete (Allflex)	x	x	R\$ 5.200,00
Incineração de materiais hospitalares	x	x	R\$ 5.588,60
Auditoria do processo de vacinação			
Auditoria - 10 diárias x 2 auditores	x	x	R\$ 6.331,76
Reembolso de despesas coordenadores	x	x	R\$ 654,82
Aluguel veículos - Localiza	x	x	R\$ 2.830,00
Reembolso de combustível + deslocamento	x	x	R\$ 2.219,45
Bilhetes aéreos	x	x	R\$ 7.257,84
Taxa de administração do IICA			
RCI IICA março/22	x	x	R\$ 10.746,67
RCI IICA abril/22	x	x	R\$ 21.734,78
RCI IICA maio/22	x	x	R\$ 22.418,47
RCI IICA junho/22	x	x	R\$ 31.779,17



Produto	Qtde	Valor unitário	Total
RCI IICA agosto/22	x	x	R\$ 258,86
Pagamento da empresa Consultpec			
P1 - Agreste 2 - Consultpec - 7768771	x	x	R\$ 48.865,31
P1 - Agreste 1 - Consultpec - 7768753	x	x	R\$ 46.434,95
P1 - Leste - Consultpec - 7768778	x	x	R\$ 46.199,45
P1 - Sertão 1 - Consultpec - 7768781	x	x	R\$ 34.838,93
P1 - Sertão 2 - Consultpec - 7768783	x	x	R\$ 35.809,19
P2 - AGRESTE 2 - em processo de pagamento	x	x	R\$ 48.865,31
P2 - AGRESTE 1 - em processo de pagamento	x	x	R\$ 46.434,95
P2 - LESTE - em processo de pagamento	x	x	R\$ 46.199,45
P2 - SERTÃO - 1 em processo de pagamento	x	x	R\$ 34.838,93
P2 - SERTÃO 2 - em processo de pagamento	x	x	R\$ 35.809,19
P3 - AGRESTE 2 - a pagar	x	x	R\$ 65.153,74
P3 - AGRESTE 1 - a pagar	x	x	R\$ 61.913,26
P3 - LESTE - a pagar	x	x	R\$ 61.599,26
P3 - SERTÃO 1 - a pagar	x	x	R\$ 46.451,90
P3 - SERTÃO 2 - a pagar	x	x	R\$ 47.745,58
P4 - AGRESTE 2	x	x	R\$ 133,76
P4 - AGRESTE 1	x	x	R\$ 6.225,92
P4 - LESTE	x	x	R\$ 9.466,56
P4 - SERTÃO 1	x	x	R\$ 3.471,68
P4 - SERTÃO 2	x	x	R\$ 8.372,16
TOTAL			R\$ 959.065,12

Anexo 2. Organizadores e apoiadores.

ORGANIZAÇÃO

ABCS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE SUÍNOS

ABPA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL

ADEAL – AGÊNCIA DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DE ALAGOAS

CNA – CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL

SENAR – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL

IICA – INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ZOETIS INDÚSTRIA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA

APOIO

ABEGS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE GENÉTICA DE SUÍNOS
ABRA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECICLAGEM ANIMAL
ABS – ASSOCIAÇÃO BAIANA DE SUINOCULTORES
ACA – ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE ALAGOAS
ACCS – ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CRIADORES DE SUÍNOS
ACRISMAT – ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE SUÍNOS DO MATO GROSSO
ACSURS – ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE SUÍNOS DO RIO GRANDE DO SUL
ADAPEC TOCANTINS – AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADEPARÁ – AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
AGS – ASSOCIAÇÃO GOIANA DOS SUINOCULTORES
ALLFLEX LIVESTOK INTELLIGENCE BRAZIL
APCS – ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS CRIADORES DE SUÍNOS
APS – ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUINOCULTORES
ASCE – ASSOCIAÇÃO DOS SUINOCULTORES DO CEARÁ
ASEMG – ASSOCIAÇÃO DOS SUINOCULTORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ASES – ASSOCIAÇÃO DOS SUINOCULTORES DO ESPÍRITO SANTO
ASUMAS – ASSOCIAÇÃO SUL-MATO GROSSENSE DE SUINOCULTORES
CFMV – CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
DF SUIN – ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE SUÍNOS DO DISTRITO FEDERAL
FAEAL – FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE ALAGOAS
FESA MT – FUNDO EMERGENCIAL DE SAÚDE ANIMAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
FONESA – FÓRUM NACIONAL DOS EXECUTORES DE SANIDADE AGROPECUÁRIA
FSDS – FUNDO DE SANIDADE E DESENVOLVIMENTO DA SUINOCULTURA MATO-GROSSENSE
FUNDEAGRO - TO – FUNDO PRIVADO DE DEFESA AGROPECUÁRIA
FUNDEPEC - GO – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
FUNDEPEC - PA – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
FUNDESA MG – FUNDO DE DEFESA SANITÁRIA DE MINAS GERAIS
FUNDESA RS – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E DEFESA SANITÁRIA ANIMAL
MSD SAÚDE ANIMAL
SINDAN – SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE ANIMAL
SINDICARNE PR – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS NO ESTADO DO PARANÁ
SINDICARNE SC – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA OCB – SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL
SISTEMA OCEPAR – SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ



Anexo 3. Matriz de Planejamento.

N.	Etapa	Ação	Responsável	Atores Envolvidos	Produtos esperados	Cronograma		Situação	Andamento das ações (%)	Indicadores da ação	Principais riscos à Ação	Nível de Abrangência (Localização)	Recursos estimados (R\$)	Fonte do Recurso	Metas	Atividades de monitoramento e avaliação
						Início da ação	Duração da ação									
1	Pactuação do plano	Instituir a Equipe Gestora Estadual*	ADEAL	SFA-AL, SEAGRI, FAEAL, CRMV-AL, AMA, ACA, EMATER	Equipe implantada por Portaria	Jan/21	1 mês	Finalizado	100%	Convite e indicações de membros do comitê; Ato legal publicado	Má qualidade na indicação dos membros; não comprometimento das instituições; trâmites burocráticos.	Estadual	NA	NA	Instituir a Equipe Gestora Estadual (EGE) do Plano com representantes intersetoriais	NA
2	Pactuação do plano	Realizar encontros técnicos para elaboração e pactuação do Plano com os setores envolvidos*	MAPA	GT-PP (MAPA, ADEAL, SFA-AL, ABCS, ABPA, CNA E SENAR)	Ações, forma de financiamento e pactuações do plano estabelecidas Documento elaborado	Jan/21	3 meses	Em andamento dentro do prazo	100%	Plano elaborado Plano aprovado	Baixa participação dos envolvidos; falta de compromisso dos representantes das instituições; indisponibilidade financeira	Estadual	NA	NA	Reuniões semanais para elaboração do plano	Número de reuniões realizadas Versões do plano elaboradas
3	Pactuação do plano	Realizar audiências entre as autoridades sanitárias e instituições de fomento para harmonizar os critérios relativos à saúde animal para aprovação de projetos	ADEAL	SFA-AL, SEAGRI, FAEAL, CRMV-AL, AMA, ACA, EMATER	Identificar nominalmente as fontes de financiamento privado e forma de gerenciamento e execução financeira definidas. Adoção dos critérios definidos pelo SVE para as instituições de fomento como pré-requisito para aprovação de projetos.	Jan/21	4 meses	Em andamento dentro do prazo	30%	Adoção dos critérios definidos pelas instituições de fomento como pré-requisito para aprovação de projetos Definição dos critérios para a liberação dos recursos das instituições de fomento	Interferências políticas; dificuldades burocráticas.	Estadual	NA	NA	Identificar os parceiros e instrumentos para formalização das parcerias (instituições bancárias, Emater etc) Critérios estabelecidos	Número de reuniões realizadas para o estabelecimento dos critérios com as instituições de fomento Número de parceiros identificados e que aceitaram os critérios estabelecidos
4	Execução do plano	Identificar a fonte de recursos da iniciativa privada para a execução do plano*	ABCS, ABPA	ADEAL e Iniciativa Privada	Modelo de financiamento e fonte de recursos do plano estabelecido	Jan/21	Toda a duração do Plano	Em andamento dentro do prazo	50%	Documento elencando custos estimados do Plano e fontes financiadoras Recursos disponibilizados e amparados legalmente com a instituição que irá operacionalizar a contratação das equipes de profissionais e apoio ao Plano.	Baixa participação dos envolvidos; falta de compromisso dos representantes das instituições; indisponibilidade financeira	Estadual	a definir	ABCS/ Associações Estaduais	Identificar fontes de financiamento, listar os itens do Projeto Piloto que a Iniciativa Privada irá financiar, os valores estimados, a forma de aporte e de execução dos recursos. Definir a instituição que irá operacionalizar a contratação das equipes de vacinadores e demais ações que compõe o operacional e gestão do Plano	Prazo para a consolidação das fontes de recurso privado cumprido Prazo para a definição da forma de execução dos recursos cumprido

N.	Etapa	Ação	Responsável	Atores Envolvidos	Produtos esperados	Cronograma		Situação	Andamento das ações (%)	Indicadores da ação	Principais riscos à Ação	Nível de Abrangência (Localização)	Recursos estimados (R\$)	Fonte do Recurso	Metas	Atividades de monitoramento e avaliação
						Início da ação	Duração da ação									
5	Execução do plano	Definir o modelo de financiamento do plano*	MAPA, ABCS, ABPA	ADEAL MAPA, ABCS, ABPA, IICA ou CNA/ SENAR	Modelo de financiamento e fonte de recursos do plano estabelecido Projeto de cooperação para a execução dos recursos da Iniciativa Privada elaborado e formalizado. Recursos disponíveis e forma de execução definidos	Jan/21	3 meses	Em andamento dentro do prazo	50%	Documento elencando custos do Plano, recursos disponíveis, fontes financiadoras e meios para execução Instituição que irá executar o projeto de cooperação definida e projeto assinado. Publicação de termos de referência para a contratação das equipes de vacinadores e demais ações necessárias para estruturar o Plano.	Falta de vontade política; Falta de interesse; Dificuldades burocráticas; Falta de recursos financeiros. Atraso na aprovação da LOA.	Estadual	a definir	MAPA, ADEAL, ABCS/ABPA e Associações Estaduais	Identificar fontes de financiamento, listar os itens do Projeto Piloto que a Iniciativa Privada irá financiar, os valores estimados, a forma de aporte e de execução dos recursos. Finalização e validação do Plano Piloto de Alagoas, com a definição dos recursos por parte do MAPA e da iniciativa privada. Elaborar um instrumento legal (projeto de cooperação) que dê sustentação para o repasse de recursos e operacionalização para o Plano Piloto Alagoas. Nominar a equipe de planejamento, orçamento e execução financeira (SFA, SVE e Inic. priv.)	Fontes de financiamento identificadas e pactuadas dentro do prazo estabelecido Meios de execução financeira identificada e recursos disponíveis nos prazos estabelecidos
6	Execução do plano	Destinar oportunamente os recursos financeiros no âmbito estadual para a execução das ações previstas no Plano*	ADEAL	MAPA e Iniciativa Privada	Recursos identificados e disponíveis; Responsáveis pela execução financeira identificados Recursos disponíveis por fonte	Jan/21	Toda a duração do Plano	Em andamento dentro do prazo	50%	Total de recursos disponíveis	Baixa participação dos envolvidos; falta de compromisso dos representantes das instituições; indisponibilidade financeira	Estadual	a definir	ADEAL, MAPA e Iniciativa Privada	Descrever as fontes de financiamento locais e nacionais Nominar a equipe de planejamento, orçamento e execução financeira (SFA, SVE e Inic. priv.) Direcionar recursos para tipo investimento por convênio ou repasse direto Estabelecer parceria da SFA para gestão financeira para a execução dos recursos junto a ADEAL. Celebrar convênio para a execução do PP, pós prestação de contas do convênio de 2020, prioritariamente para recursos tipo investimento.	Equipe de planejamento orçamento e execução financeira estabelecida previamente a execução do plano Protocolos de Execução financeira elaborados conforme prazo estabelecido
7	Execução do plano	Fomentar a criação de Fundos ou propor a alteração dos estatutos dos Fundos estaduais de forma a permitir o financiamento das ações do Plano	ADEAL	SFA-AL, SEAGRI, FAEAL, CRMV-AL, AMA, ACA, EMATER	Fundos estaduais criados ou estatutos ajustados	Jan/21	6 meses	Em andamento dentro do prazo	0%	Fundos com estatutos alterados Novos Fundos criados	Falta de vontade política; Falta de interesse; Dificuldades burocráticas.	Estadual	NA	NA	Verificar existência de fundos e se ele comporta as ações previstas no Plano, ou alterar o estatuto em caso de incompatibilidade Descrever as estratégias definidas para fomentar a criação de fundo com essas atribuições, ou alterar o estatuto em caso de incompatibilidade	Ações para identificação do interesse na composição do Fundo executadas no prazo estabelecido Formalização do plano
8	Execução do plano	Adequar a legislação estadual para a execução do plano*	ADEAL	MAPA, EGE, Governo do Estado, Assembléia Legislativa	Legislação estadual compatibilizada com as ações para a execução do plano	Jan/21	3 meses	Em andamento dentro do prazo	0%	Normas publicadas	Dificuldades burocráticas; outras prioridades	Estadual	NA	NA	Identificar as normas estaduais que tratam sobre vacinação em suínos contra PSC, cadastro, trânsito, aglomerações e circulação de vacinas que necessitam de atualização, revogação ou criação para viabilizar a execução do plano. Identificar as competências para alteração, revogação ou criação das normas anteriormente identificadas.	Prazos necessários para a redação e publicação das normas dentro do previsto para a execução do plano
9	Execução do plano	Caracterizar o sistema agroprodutivo de suínos	CNA	ADEAL, ABPA, EGE e SENAR	Sistema agroprodutivo de suínos caracterizado	Jan/21	3 meses	Em andamento dentro do prazo	100%	Fontes de informação e dados elencados disponíveis Etapa concluída antes da etapa de vacinação	Falta de priorização; Falta de recursos humanos; Falta de recursos financeiros.	Estadual	a definir	CNA	Documento contendo a descrição de: Rotas de trânsito de suínos (intra e interestadual); Número de suínos por propriedade; Número de propriedade com suínos; Regiões com maior número de suínos; Localização e frequência das aglomerações de suínos; Identificação e localização de abatedouros regulares e irregulares; Tipos de estabelecimentos de produção (comerciais/não comerciais e tecnificadas/não tecnificadas); Identificação e mapeamento dos criadores cadastrados e estimativa do sub-registro e Identificação da rede de distribuição de insumos para produtores.	

N.	Etapa	Ação	Responsável	Atores Envolvidos	Produtos esperados	Cronograma			Andamento das ações (%)	Indicadores da ação	Principais riscos à Ação	Nível de Abrangência (Localização)	Recursos estimados (R\$)	Fonte do Recurso	Metas	Atividades de monitoramento e avaliação
						Início da ação	Duração da ação	Situação								
10	Execução do plano	Realizar atividades de Educação Sanitária	SENAR	ABCS, ABPA, ADEAL, AMA, CRMV-AL, EMATER, FAEAL, SEAGRI, SFA-AL e MAPA	Materiais e meios de executar as ações de educação sanitária estebelecidos e elaborados Divulgação das etapas de vacinação executadas oportunamente	Mar/21	Toda a duração do Plano	Em andamento dentro do prazo	100%	Atividades iniciadas antes das etapas de vacinação	Falta de priorização; Falta de recursos humanos; Falta de recursos financeiros.	Estadual	a definir	SENAR e Iniciativa Privada	Elaborar material de educação sanitária em parceria com a Iniciativa Privada Estabelecer os pontos focais das instituições para harmonizar os temas Identificar grupos de populações alvo Verificar as formas de divulgação e inserção local em parceria entre o SENAR E ADEAL Estabelecer cronograma de execução e recursos necessários	Identificação e elaboração dos materiais e Divulgação para a população alvo antes do início da vacinação
11	Execução do plano	Articular com outras instituições a inserção e harmonização do tema saúde suína nas áreas de educação, comunicação, saúde, meio ambiente e segurança pública	ADEAL	AMA, CRMV-AL, EMATER, FAEAL, SEAGRI e SFA-AL, demais órgãos locais e interessados	Cooperação interinstitucional formalizada. Comunidade e setor produtivo sensibilizados quanto as medidas de vigilância e controle de PSC;	Mar/21	Toda a duração do Plano	Não iniciado	0%	Número de cooperações interinstitucionais formalizadas Número de eventos realizados	Falta de vontade política e entendimento comum entre as instituições envolvidas sobre a importância do tema; Ampla rede de atores; Entraves burocráticos	Estadual	a definir	ADEAL	Identificar as instituições de interesse; Definir cronograma de reuniões de alinhamento e temas para inserção nas atividades de educação Implementar Projeto Educativo e de Comunicação	
12	Execução do plano	Cadastrar e georreferenciar pontos e propriedades de maior risco de ocorrência da PSC para direcionamento da vigilância *	ADEAL	Equipes de vacinação, EMATER	Áreas e pontos de risco de introdução ou manutenção da PSC no estado cadastradas e georreferenciadas	Jan/21	Toda a duração do Plano	Em andamento dentro do prazo	0%	Evolução do número de pontos e propriedades de risco cadastrados com georreferenciamento	Falta de priorização; Falta de recursos humanos; Falta de segurança; Falta de recursos financeiros.	Estadual	a definir	ADEAL	Identificar os fatores de risco para a ocorrência de PSC; Georreferenciar e cadastrar os pontos e propriedades de risco	
13	Execução do plano	Adquirir materiais e equipamentos para a realização das atividades de vigilância e emergência sanitária em suínos conforme o Manual de procedimentos *	ADEAL	MAPA, SFA-AL, FONESA, ABCS e ABPA	Materiais e equipamentos adquiridos	Feb/21	Toda a duração do Plano	Em andamento dentro do prazo	0%	Comprovantes de licitação Comprovantes da aquisição	Falta de recursos financeiros; Dificuldades burocráticas	Estadual	a definir	ADEAL, MAPA, SFA-AL, FONESA, ABCS e ABPA	Quantificar os materiais e equipamentos existentes e a necessidade de novas aquisições (check-list); Nominar a fonte dos recursos para a aquisição dos materiais e equipamentos, especificando o tipo de material, meio para sua aquisição, prazos para disponibilidade de recursos e equipamentos etc Identificar as modalidades públicas para a aquisição dos materiais	Estabelecimento e cumprimento dos prazos para a aquisição dos materiais
14	Execução do plano	Capacitar o SVE para a vigilância e atendimento às suspeitas de doenças hemorrágicas em suínos*	ADEAL	MAPA; SENAR	SVO capacitado	May/21	Toda a duração do Plano	Não iniciado	30%	Número de capacitações realizadas Número de agentes e servidores capacitados	Falta de recursos humanos; Falta de recursos financeiros.	Estadual	a definir	ADEAL, MAPA, SFA-AL, SENAR	Verificar a necessidade e quantidade de capacitações necessárias para atender a demanda do SVE e elaboração de cronograma de execução, responsáveis, indicadores, metas e fontes de recurso	
15	Execução do plano	Executar os planos de ação para atender as deficiências identificadas nas auditorias Quali-SV	ADEAL	SFA-AL	Capacidade de vigilância e resposta do SVE fortalecida.	Jan/21	Toda a duração do Plano	Em andamento dentro do prazo	70%	Relatório de supervisão da SFA do Plano de ação acordado	Falta de recursos financeiros; Falta de recursos humanos; Falta de interesse; Falta de vontade política	Estadual	a definir	ADEAL	Descrever as estratégias para executar o plano de ação do Quali-SV Definir cronograma de execução e metas	
16	Execução do plano	Definir e cumprir metas para vigilância ativa nos componentes do sistema de produção de suínos *	ADEAL	SFA-AL	Vigilância ativa nos componentes do sistema de produção de suínos intensificada	Feb/21	2 meses para definir Toda a duração do Plano para cumprir	Em andamento dentro do prazo	0%	Número de propriedades visitadas para vigilância clínica ativa Metas e indicadores do RPMA atingidos	Deficiências no cadastro; Falta de interesse; Falta de recursos humanos; Falta de recursos financeiros	Estadual	a definir	ADEAL	Caracterizar a estrutura disponível para a execução da vigilância (escritórios e distribuição, recursos humanos e logístico); Avaliar a viabilidade logística para a realização e intensificação da fiscalização (vigilância ativa). Elaborar cronograma para execução das ações de vigilância ativa; Estabelecer Metas, indicadores e cronograma para vigilância ativa.	

N.	Etapa	Ação	Responsável	Atores Envolvidos	Produtos esperados	Cronograma			Andamento das ações (%)	Indicadores da ação	Principais riscos à Ação	Nível de Abrangência (Localização)	Recursos estimados (R\$)	Fonte do Recurso	Metas	Atividades de monitoramento e avaliação
						Início da ação	Duração da ação	Situação								
17	Execução do plano	Intensificar as ações de fiscalização do trânsito de suínos e seus produtos em rotas de maior risco.	ADEAL	MAPA, PRF; PRE; PM; Secretaria Estadual de Fazenda; DETRAN; DNER; ANTAQ; ANTT; Marinha	Intensificação das ações de fiscalização	Mar/21	3 meses para definir Toda a duração do Plano para cumprir	Não iniciado	0%	Caracterização de risco elaborada Relatórios de fiscalização em barreiras	Falta de estrutura; Falta de recursos humanos; Falta de recursos financeiros; Falta de apoio dos atores envolvidos	Estadual	a definir	ADEAL	Caracterizar as rotas de maior risco e sua localização Descrever as principais rotas de trânsito (inter e intra-estaduais) de suínos (incluir as secundárias) Caracterizar a viabilidade logística para a realização e intensificação da fiscalização (recursos humanos, material, custeio etc.) Elaborar cronograma de execução, responsáveis, indicadores, metas e fontes de recurso	Metas e indicadores do RPMA atingidos
18	Execução do plano	Intensificar as ações de fiscalização e vigilância em feiras livres e outras aglomerações de suínos	ADEAL	PM; Vigilância sanitária municipal; MPE	Ações de fiscalização intensificadas	Mar/21	Toda a duração do Plano	Não iniciado	0%	Número de eventos com aglomeração de suínos e seus produtos fiscalizados x Número de eventos com participação de suínos existentes	Falta de interesse; Falta de segurança; Falta de recursos humanos; Falta de recursos financeiros.	Estadual	a definir	ADEAL	Mapear os eventos com aglomerações de suínos; Caracterizar a viabilidade logística para a realização e intensificação da fiscalização (identificar os recursos humanos, material, custeio etc.) Elaborar cronograma de execução, responsáveis, indicadores, metas e fontes de recurso	Metas e indicadores do RPMA atingidos
19	Execução do plano	Garantir a indenização de produtores com suínos sacrificados	ADEAL	MAPA, SFA-AL, ABCS e ABPA	Recurso identificado e trâmites de pagamento definidos	Mar/21	Toda a duração do Plano	Em andamento dentro do prazo	0%	Recurso identificado Fluxo de execução do pagamento definido	Falta de recursos financeiros e Falta de executores para o pagamento	Estadual	a definir	MAPA, SFA-AL, ABCS e ABPA	Estabelecer os trâmites para o pagamento Identificar e disponibilizar recursos para a indenização de produtores que tiverem suínos sacrificados em focos de PSC (Verificar junto ao MAPA e Iniciativa Privada a disponibilidade de recursos para o pagamento) Check-list dos trâmites e responsáveis pelos procedimentos de indenização identificados e incorporados ao SVE	
20	Execução do plano	Verificar a cadeia de frio e distribuição das vacinas na rede comercial	SINDAM	ADEAL, SFA-AL e Iniciativa Privada	Rede de frio identificada e disponível	Jan/21	Toda a duração do Plano	Em andamento dentro do prazo	80%	Número de locais aptos para armazenamento da vacina	Falta de recursos financeiros; falta de infraestrutura	Estadual	a definir	SINDAM	Mapear os comerciantes de vacinas que possuem interesse em disponibilizar a vacina contra a PSC na sua rede comercial e sua capacidade de armazenamento e comercialização Fiscalizar a rede privada de armazenamento e comercialização de vacinas.	
21	Execução do plano	Viabilizar a cadeia de frio para o armazenamento e distribuição das vacinas de aplicação oficial	ADEAL	SFA-AL	Rede de frio identificada e disponível	Jan/21	Toda a duração do Plano	Em andamento dentro do prazo	0%	Número de locais aptos para armazenamento da vacina	Falta de recursos financeiros; falta de infraestrutura	Estadual	a definir	ADEAL	Identificar a capacidade de armazenamento e a cadeia de distribuição de vacinas disponíveis no SVE; Logística de cadeia de frio para armazenamento e distribuição de vacinas definida e estruturada; Fiscalizar a rede privada de armazenamento e comercialização de vacinas.	
22	Execução do plano	Realizar capacitações para os vacinadores e demais colaboradores	SENAR	ABPA, ABCS, ADEAL, AMA, CRMV-AL, EMATER, FAEAL, SEAGRI, SFA-AL	Capacitação elaborada com temas e datas definidas Vacinadores capacitados	Apr/21	Toda a execução do plano	Em andamento dentro do prazo	100%	Número de capacitações realizadas; número de vacinadores capacitados	Falta de infraestrutura; Falta de recursos humanos; Falta de recursos financeiros.	Estadual	a definir	SENAR e Iniciativa Privada	Identificar o número de vacinadores necessário para a execução das etapas de vacinação; Nomina os parceiros para a capacitação de vacinadores identificados; Estabelecer cronograma de execução das capacitações	

N.	Etapa	Ação	Responsável	Atores Envolvidos	Produtos esperados	Cronograma		Situação	Andamento das ações (%)	Indicadores da ação	Principais riscos à Ação	Nível de Abrangência (Localização)	Recursos estimados (R\$)	Fonte do Recurso	Metas	Atividades de monitoramento e avaliação
						Início da ação	Duração da ação									
23	Execução do plano	Realizar a campanha de vacinação contra PSC	ADEAL	AMA, CRMV-AL, EMATER, FAEAL, SEAGRI, SFA-AL, ABCS, ABPA, SENAR, CNA, MAPA, SINDAM e ZOETIS	Cobertura vacinal de suínos atingida.	Jan/21	Semestralmente durante a execução do plano	Em andamento dentro do prazo	100%	Número de animais e propriedades vacinadas	Falta de infraestrutura; Falta de recursos humanos; Falta de recursos financeiros.	Estadual	a definir	ABCS, ABPA, SENAR, CNA, SINDAM e ZOETIS	Quantificar os suínos e propriedades a serem vacinadas; Estabelecer as estratégias e metas de vacinação e prazos para atingir a cobertura vacinal: mínimo de 90% da população de suínos e de estabelecimentos rurais com suínos, em duas etapas consecutivas; Identificar a metodologia para sensibilizar os líderes comunitários e apoiadores; Descrever mecanismos de controle de venda de vacinas contra a PSC; Atingir 90% ou mais de cobertura vacinal em suínos e propriedades do estado; Descrever mecanismos de monitoramento e de avaliação final de cada etapa de vacinação.	
24	Execução do plano	Realizar "agulha oficial" para propriedades com risco de baixa cobertura vacinal	ADEAL	AMA, CRMV-AL, EMATER, FAEAL, SEAGRI e SFA-AL	Cobertura vacinal acima de 90% em suínos e propriedades consideradas de risco atingida	a definir	a definir	Não iniciado	0%	Relatórios de cobertura da vacinação oficial	Falta de recursos humanos; outras prioridades; falta de recursos financeiros	Estadual	a definir	ADEAL	Descrever os critérios para a realização da "Agulha Oficial"; Descrever as equipes responsáveis e os recursos necessários para a execução da agulha oficial;	
25	Execução do plano	Monitorar e avaliar a execução do Plano	ADEAL	MAPA, SFA-AL, EGN e EGE	Ações executadas conforme previsto no plano estadual Identificação de dificuldades para a execução do plano e medidas corretivas aplicadas	Jan/21	Toda a duração do Plano	Não iniciado	100%	Relatórios trimestrais dos níveis de execução do Plano	Baixa qualidade e falta de informações; falta de recursos humanos; outras prioridades	Estadual	a definir	ADEAL, MAPA e Iniciativa Privada	Identificar a metodologia para o monitoramento do plano em cada uma de suas fases, identificando as ações e atividades a serem desenvolvidas, os responsáveis, atores envolvidos, prazos, estratégias de ação, pontos críticos, ações corretivas e logística financeira e de força de trabalho necessária.	

*: Ações críticas: comprometem e inviabilizam o alcance do objetivo do Plano, caso não sejam executadas





MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL